

ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

ANTONIA PEREIRA DOS SANTOS

EDUCAÇÃO INFANTIL E RELIGIOSIDADE

São Leopoldo

2009

ANTONIA PEREIRA DOS SANTOS

EDUCAÇÃO INFANTIL E RELIGIOSIDADE

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do Grau de
Mestre em Teologia
Escola Superior de Teologia
Programa de Pós-Graduação
Linha de Pesquisa: Educação
Comunitária com Infância e
Juventude

Orientador: Euclides Redin

Segundo Avaliador: Remí Klein

São Leopoldo

2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S194e Santos, Antonia Pereira dos
Educação infantil e religiosidade / Antonia Pereira dos Santos ; orientador Euclides Redin ; co-orientador Remí Klein. – São Leopoldo : EST/PPG, 2009.
63 f.

Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Teologia. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2009.

1. Ensino religioso (Ensino fundamental).
2. Crianças – Vida religiosa. I. Redin, Euclides. II. Klein, Remí. III. Título.

ANTONIA PEREIRA DOS SANTOS

EDUCAÇÃO INFANTIL E RELIGIOSIDADE

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do Grau de
Mestre em Teologia
Escola Superior de Teologia
Programa de Pós-Graduação
Linha de Pesquisa: Educação
Comunitária com Infância e
Juventude

Data:

Euclides Redin - Doutor em Psicologia Escolar - Escola Superior de Teologia

Remí Klein - Doutor em Teologia - Escola Superior de Teologia

Aos professores de Educação Infantil, na esperança de que eles possam conceber a religiosidade infantil como reflexão para sua prática pedagógica.

*Agradeço aos professores e colegas do curso,
que me animaram durante seu percurso,
e, em especial, aos competentes professores
Euclides Redin e Remí Klein,
pela honrosa colaboração na dissertação
deste texto através de suas críticas.*

RESUMO

Esta dissertação busca caracterizar a necessidade da religiosidade como parte integrante do ensino nas escolas que oferecem a primeira etapa do ensino na Educação Básica. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, percebemos a importância de um trabalho voltado para a construção da cidadania do sujeito, envolvendo não só a estruturação do ser em desenvolvimento, mas também o despertar da ação humana para conviver melhor em sociedade. Na esfera da educação, muito se tem para dividir, inclusive a maneira como cada um percebe a existência divina no cotidiano, seja na escola, na família, na igreja ou em qualquer lugar onde estiver e com quem conviver. As informações aqui apresentadas oferecem aos profissionais de Educação Infantil uma reflexão acerca de seu fazer educativo com crianças de zero a seis anos. A religiosidade na e da criança é diferente na e da pessoa adulta. Neste sentido, faz-se necessário repensar a prática pedagógica em todos os espaços onde a Educação Infantil é oferecida. A dissertação divide-se em três capítulos, o primeiro apresenta as considerações sobre a função da escola na vida da criança, o segundo enfoca a importância da religiosidade na formação do ser em desenvolvimento e, por fim, o terceiro trata da necessidade da contribuição da família junto à escola na formação da religiosidade da criança enquanto sujeito em formação.

Palavras-chave: Religiosidade. Educação Infantil. Papel pedagógico do professor.

ABSTRACT

This dissertation seeks to characterize the necessity of religiosity as part of the education at schools which offer the first stage of elementary education. We perceived, through bibliographic research, the importance of a work aiming the building of the individual's citizenship regarding not only the structuring of the developing being, but also the awakening of the human action to better live in society. In the field of education there is much to be shared, including the way each one perceives the divine existence in the everyday life, being at school, home, church or wherever one is or with whomsoever one has to cohabit. The information presented in this dissertation offers the children education professionals a reflection about their educational process with zero to six-year-old children. A child's religiosity is different from that of an adult. Thus, it is necessary to rethink the pedagogic practice wherever the elementary education is offered. This dissertation is divided into three chapters; the first one presents the grounds for the role of school in a child's life; the second one focuses on the importance of religiosity in the formation of the developing being and, the third one discusses the necessity of the family contribution, together with the school, to the religiosity formation of children as developing individuals.

Keywords: Religiosity. Elementary education. Teacher's pedagogical role.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A FUNÇÃO DA ESCOLA NA VIDA DA CRIANÇA	12
1.1 A função da escola	12
1.2 A Educação Infantil e sua contribuição para o desenvolvimento da criança....	16
1.3 A prática e a formação dos professores de Educação Infantil	20
2 O ENSINO RELIGIOSO E A LEI DE DIRETRIZES E BASES.....	27
2.1 O Ensino Religioso	27
2.2 A religiosidade e sua importância na formação do cidadão.....	30
2.3 Cultura e cidadania na escola.....	35
3 A FAMÍLIA: PRESSUPOSTO BÁSICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	43
3.1 A família.....	43
3.2 Escola, família e interação	47
3.3 A criança e a religiosidade	52
CONCLUSÃO.....	56
REFÊRENCIAS.....	60

INTRODUÇÃO

Podemos definir a religiosidade de diferentes formas e com paradigmas diversos, no entanto, ao se tratar de seu objetivo final, todas as vivências religiosas convergem para o desenvolvimento pleno do sujeito na sociedade. A natureza do ser humano se fundamenta na educação e em sua religiosidade.

Vemos ainda que a União, os Estados e os Municípios, a quem hoje se confia a educação da maior parte da sociedade, reconhecem a importância da religiosidade como parte da educação, sem ditar normas de como realizá-la.

Nas séries em que o Ensino Religioso se torna obrigatório, faz-se necessária a realização de uma educação da religiosidade do educando. No entanto, devem ser evitadas as condições monopolistas e proselitistas, para que não haja de fato uma verdadeira educação religiosa que ora se insere no Sistema Público de Educação em benefício do povo brasileiro.

No entanto, para a compreensão de uma educação religiosa, é necessário que se parta de uma concepção que se entenda como um processo global, integral, ou seja, de uma visão de totalidade que reúne os níveis de conhecimentos, dentre os quais está o aspecto da religiosidade.

A dimensão pedagógica do ensino parte de uma abordagem antropológica e filosófica que reconhece o fenômeno da religiosidade como decorrência de sua propriedade humana, bem como de suas condições existenciais. Seguindo para uma abordagem mais específica, de ordem pedagógica, percebe-se a especificidade da religiosidade para ajudar a criança a se posicionar e a se relacionar da melhor forma possível com as novas realidades que a cercam.

No entanto, a sala de aula não precisa se transformar em uma comunidade de fé, mas em um espaço privilegiado de reflexões, limites e superações. Mas, para que isto aconteça, faz-se necessária a construção de uma pedagogia que favoreça esta perspectiva, pois a criança está sempre em busca de respostas para as questões existenciais, e tantas quantas ela precisar. A criança vai, com certeza, questionar as pessoas que com ela co-habitam, seja em que espaço ela estiver.

Neste sentido, torna-se imprescindível que tanto as religiões quanto a escola estejam atentas às novas nomenclaturas do ensino da atualidade. A participação da

denominação religiosa com outras instituições civis, longe de qualquer forma de proselitismo, deve dar oportunidade a todos os adeptos de refletir sobre as questões fundamentais da existência humana. Assim também a escola, como espaço educativo, deve agir no mundo, na sociedade e na história, ajudando o indivíduo a pensar, a se posicionar frente a questões fundamentais da vida e a encontrar resposta para suas indagações.

Busquei na abordagem do tema educação infantil e religiosidade contribuir para uma tomada de consciência do sujeito em seu desenvolvimento como criatura, que possa observar e refletir sobre seus atos como ser humano.

Nos dias atuais, a família, considerada a base da sociedade, pouco tem colaborado com a religiosidade dos filhos. A prova disto é a desestruturação dos jovens de hoje que apresentam comportamentos com distúrbios de personalidade. É visível a inversão de valores que devem ser ensinados em casa, mas são transferidos para a escola. A escola está cada vez mais sobrecarregada com responsabilidades que vão desde a formação de hábitos das crianças em escola de educação infantil e em escola de Ensino Fundamental até ao ensino propriamente dito.

Mesmo assim, a educação do momento se mostra como um vasto campo de possibilidades de crescimento do saber, que induz ao ser humano na escolha de caminhos para realizar seus sonhos. Um desses caminhos é a religião que, mostrando o seu laço cultural, abrange todas as camadas da sociedade, desde a mais até a menos elevada.

Este saber e esta ação cultural constituem na humanidade valores sócio-educativos que oferecem uma boa qualidade de vida.

Para Paulo Freire, educar é um ato político. Ele afirma que o educador ou a educadora crítica, exigente, no exercício de sua reflexão sobre a prática educativa ou no exercício da própria prática, sempre a entende em sua totalidade.

Para Leonardo Boff, as pessoas verdadeiramente religiosas, mais que um saber sacerdotal sobre Deus, possuem um saber místico, quer dizer experimental, urdido de encontros com a divindade. É a partir destes encontros que elas revitalizam as instituições religiosas, conservam o entusiasmo e haurem energias

para lutar e esperar dias mais justos, às vezes a despeito das igrejas e religiões instituídas.

Seguindo uma visão de interação entre escola e família, dividi este trabalho em três capítulos. O primeiro capítulo discute da função da escola na vida da criança.

A escola como instituição educativa proporciona à criança uma convivência com seus pares, ou seja, criança da mesma idade, tornando a socialização mais fácil de acontecer. É trabalhada ainda a importância da escola no desenvolvimento da criança, bem como a necessidade da formação do profissional de educação para atuar nesta área de ensino, visando assim a melhoria do bem-estar social da criança.

O segundo capítulo tematiza a importância da religião na formação da cidadania e a legalidade desta para o ensino das escolas públicas e privadas, seguindo a cultura de cada grupo social que constitui o ambiente educacional.

No terceiro e último capítulo, demonstra-se um pouco da visão em que a religiosidade das crianças adquirida no espaço familiar se enfatizará na escola como suporte para a Educação Infantil.

1 A FUNÇÃO DA ESCOLA NA VIDA DA CRIANÇA

1.1 A função da escola

A escola como aparelho ideológico¹ da sociedade é um espaço destinado ao acolhimento, à orientação e à formação do indivíduo e deve levar em consideração os estágios de desenvolvimento do ser humano.

A criança quando passa a conviver no espaço escolar traz contribuições vivenciais significativas de sua família, a qual representa neste novo convívio. Neste novo momento, ela passa a ser a protagonista do meio em que está buscando o saber.

No século passado, a escola tinha uma preocupação que em primeira instância era de cuidar da criança, e assim os profissionais que ali trabalhavam buscavam substituir a família no cuidado com a alimentação, com a higiene, com o ninar. O tempo passava sem muitas novidades. Os pais, quando retornavam de seus trabalhos, levavam os filhos para casa.

A criança é um ser em desenvolvimento. Para atendê-la de maneira satisfatória, a escola teve que mudar toda a sua estrutura tanto organizacional quanto curricular. O prédio escolar passou a ter uma nova cara, cara esta que deve representar sua clientela que é 'sua Majestade' a criança. E foi assim que numa concorrência do próprio mercado empresarial e das exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,² o ensino a que cada instituição se propõe passou a ter uma característica voltada para cada faixa etária da criança.

Portanto, a escola é, para a criança, um espaço não só de aconchego, mas de alegria e harmonia. Porém, ainda há aquelas escolas que têm características repressoras, excludentes e assim por diante. As mudanças são necessárias, mas nem sempre são aceitas em uma dimensão que atenda a maioria da população que precisa de escolaridade.

¹ O conceito "aparelho ideológico" foi cunhado por Louis Althusser. ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado*. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

² PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9.394. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em: 17 abr. 2009.

A escola que acolhe tem em seu fazer uma ação integradora, onde seus profissionais convivem na partilha do saber como prática pedagógica, e a criança sente que é amada e respeitada no convívio neste espaço. Portanto, é visível a diferença desta com a que reprime; nesta, a criança se sentirá desvalorizada e oprimida. Pior ainda é a escola excludente, que não respeita os direitos das diferentes etnias e classes sociais, desvalorizando as culturas nela existentes.

Portanto, a escola precisa acolher sempre as diferentes culturas, pois ela é um espaço onde permeia a multiculturalidade e as condições de igualdade se fazem indispensáveis em seu contexto. Neste viés, ela contribui literalmente para um bom desenvolvimento das potencialidades da criança, visto que a aprendizagem está relacionada, além da cultura, com o desenvolvimento biológico do ser humano.

Para que a escola contribua com a formação da personalidade da criança, é de suma importância que ela disponibilize em sua estrutura curricular ações que venham a respeitar as temporalidades, o desenvolvimento social e a pessoa da criança, reconhecendo as dimensões de suas potencialidades.

A formação do ser humano é um processo de construção de temporalidades, o tempo da criança é diferente dos tempos que a escola disponibiliza para os educandos. Portanto, as atividades desenvolvidas pela escola não precisam impor ou exigir um resultado igual, pois todo ser humano é único e diferente.

A estrutura organizacional da escola, quando atende as necessidades individuais das crianças, mostra que a instituição tem uma boa organização.

Nas últimas décadas, a escola vem sofrendo modificações em sua estrutura para atender e dar sustentação a suas práticas pedagógicas, tendo em vista as mais novas políticas de Educação Infantil, especialmente a que se refere à inclusão dos portadores de necessidades especiais.

Todavia, quando nos referimos ao termo escola, faz-se necessário perceber que não se aprende somente nas escolas, mas em todos os espaços em que se fazem trocas de saber; portanto, este movimento é possível em espaços diferentes como igrejas, praças, mercados, teatros, ruas, bem como nos espaços públicos e/ou privados.

A criança vai à escola e nela espera encontrar encantamento, condições que lhe possibilitem alegria de um mundo cheio de sonhos e de cores variadas. E a

escola está preparada para satisfazer os desejos das crianças? Cabe agora uma reflexão sobre sua práxis.

Por muitos anos, este lugar de sonhos representava, para algumas crianças, lugar de pesadelos, isso porque, ao invés de realizar sonhos, a escola oferecia traumas. Isto é notado quando uma criança se recusa a ir à escola por medo ou por rejeição de alguém, a que lhe remete ao medo. Necessário se faz rever a função da escola para a vida da criança.

Percebe-se ainda que a alegria das crianças vai sendo substituída por realização de tarefas cansativas, tirando-lhes a liberdade do movimento infantil e, sentindo-se engessada, a criança se fecha em si. Mas, quando a escola dá liberdade demais, as crianças também não se sentem felizes porque aos poucos os limites que elas buscam já não existem do jeito que elas desejam e necessitam para ter uma personalidade bem estruturada. Portanto, a escola não é, por assim dizer, espaço fechado, mas um lugar de convivência entre crianças e profissionais que ali se encontram.

O encantamento se dá na proporção em que é oferecida às crianças a realização de sonhos. Daí se vê a transformação que é tão visível nos rostinhos alegres e sorridentes, a fluidez nas conversas, por se sentirem aceitas e ao mesmo tempo aceitando a realização das atividades propostas a serem realizadas em seu tempo.

O desenvolvimento da criança não depende da absorção daquilo que a escola oferece em termos de conteúdo, mas do tempo de perceber-se como parte integrante do ambiente em que está inserida.

A criança precisa de espaço para movimentar-se, ter condições de explorar a si e ao ambiente onde está inserida, explorando, tocando, olhando e investigando. Assim vai se desenvolver como sujeito de sua própria história.

Quando uma criança tem espaço para desenvolver suas ações, naturalmente terá uma boa estrutura espacial que lhe possibilitará uma aprendizagem mais precisa, especialmente na área do conhecimento lógico-matemático.

No entanto, esse espaço poderá transformar-se em um “elefante branco” na sala, caso não seja utilizado, arrumado e mantido diariamente por crianças e professores. Não se pode esquecer, porém, que, apesar da existência do espaço, ao brincar, as crianças se espalham e espalham brinquedos e objetos pela sala, usam mobiliário e o espaço externo. É recomendável que isso ocorra, e, na medida em que crescem, as crianças poderão organizar de forma mais independente seu espaço de brincar. Sempre auxiliadas pelo professor e rearrumando o material depois de brincar, as crianças podem transformar a sala e o significado dos objetos cotidianos enriquecendo sua imaginação.³

A escola é para a criança como uma cidade cheia de belezas a serem exploradas. Suas divisões precisam ser conhecidas pelas crianças. Nesta visita que elas fazem explorando o espaço escolar, vão desenvolvendo aí a curiosidade do saber através do diálogo com as pessoas que encontram para responder suas indagações.

Não somente a criança precisa se locomover, mas também as pessoas que trabalham na escola precisam ir até as crianças, com o intuito de lhes oferecer confiança e certeza das respostas corretas, sem deixar dúvidas. A criança tudo questiona, é o desejo de saber o significado de tudo que a rodeia, e é de extrema importância que o adulto com o qual convive lhe ofereça respostas precisas e claras, a fim de que a criança não venha a se decepcionar com este adulto.

A criança vê na escola um mundo de verdade e leva para sua casa como algo tão verdadeiro que muitas vezes duvida até das respostas dos próprios pais, quando estes falam algo que lhe foi ensinado de maneira diferente na escola. É comum uma criança duvidar da mãe, dizendo que a professora é que está com a razão. Isto deixa a mãe perplexa com a reação do(a) próprio(a) filho(a) e, diante dessa situação, muitos pais e mães se veem numa situação meio complicada e, para não correr mais riscos, vão à busca de novos conhecimentos para poderem melhor acompanhar o desenvolvimento dos(as) filhos(as) que estão participando da vivência de um novo espaço que já não é somente o do lar.

Pensando assim, percebe-se que a escola vai aos poucos se apresentando como interlocutor entre pais e filhos.

³ BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. *Referencial curricular nacional para Educação Infantil*. v. 2. Brasília: MEC, 1998. p. 49.

1.2 A Educação Infantil e sua contribuição para o desenvolvimento da criança

O período que vai de zero a dois anos é considerado de maior importância para a formação da criança.

A criança é um ser em desenvolvimento, portanto, a educação que se destina a ela deve estar voltada para um atendimento a suas necessidades e a sua própria maneira de ser.

Socialmente falando, a criança se desenvolve no convívio com seus pares, ou seja, com a convivência com criança da mesma idade, uma vez que a linguagem entre elas é idêntica e facilita assim seu desenvolvimento. O toque nesta idade é de extrema importância, tanto por parte dos adultos como entre as crianças. Com este gesto vão se conhecendo, respeitando a si e aos 'outros'. É o início de uma vivência com cidadania, que se prolongará por toda sua existência.

Das últimas décadas do século passado até o momento atual, tem aumentado entre educadores e educadoras um debate com mais evidência sobre Educação Infantil, tanto na esfera nacional como na esfera internacional, enfatizando o cuidar e o educar, com mais abrangência no espaço familiar e escolar.

O fator principal que trouxe à tona estes debates foi a Declaração dos Direitos Humanos, o encontro de Jontiem, na Tailândia, em 1991, enfatizando a idéia de uma educação para todos, e a Declaração de Salamanca em 1994, que aponta a inclusão dos portadores de necessidades educacionais nas instituições escolares. Daí veio um novo olhar dos educadores e educadoras, das autoridades religiosas e governamentais e das organizações não-governamentais, para uma educação de qualidade voltada para a melhoria da Educação Infantil.

A nova função para a Educação Infantil deixa de lado as preferências para assumir o público infantil em sua totalidade, oferecendo uma educação de qualidade por determinação legal. E a qualidade desta educação advém das concepções de desenvolvimento que consideram as crianças em seus respectivos contextos sociais, ambientais e culturais, oferecendo nas interações e práticas sociais

elementos relacionados à diversidade de linguagem e variedade de conhecimentos voltados para a construção de uma identidade com autonomia.

Portanto, as instituições de Educação Infantil devem tornar acessíveis a todas as crianças a riqueza de cultura que permeia seu espaço educativo e, assim, colocar-se como ponto de apoio social ao desenvolvimento da criança através de uma aprendizagem diversificada que se dá por meio da interação entre as vivências que constituem seu fazer pedagógico-administrativo.

Uma das formas em que a instituição de Educação Infantil oferece condições de aprendizagem às crianças é através das brincadeiras pedagógicas com intencionalidade ou com aprendizagem orientada pelos profissionais de Educação Infantil.

O Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil, em seu texto, fala que

educar significa, portanto propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que passa a contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e de estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, o acesso pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.⁴

Neste sentido, a educação vem auxiliar no desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais e afetivas, levando em conta as emoções, a estética e a ética, numa perspectiva contributiva na formação de crianças saudáveis e felizes.

A educação se dá também na forma de cuidar. Esse cuidado é feito através da compreensão de que é parte integrante da instituição de Educação Infantil. Mas, para que isso aconteça, é necessário que se tenha conhecimentos e habilidades para explorar a dimensão pedagógica. Portanto, cuidar de uma criança dentro de um contexto educativo exige a integração dos vários campos de conhecimentos e também a cooperação entre os profissionais das diferentes áreas do saber.

⁴ BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. *Referencial curricular nacional para Educação Infantil*. v. 1. Brasília: MEC, 1998. p. 23.

A condição de saber cuidar do ser humano é compreendê-lo e compreender como ajudá-lo a se desenvolver como ser humano.

Cuidar é valorizar e ajudar no desenvolvimento das capacidades, pois é um ato de relação consigo e com o outro. Para que haja um desenvolvimento integral, deve-se levar também em consideração o envolvimento com a dimensão afetiva, cuidar dos aspectos biológicos do corpo da criança e, assim, priorizar a qualidade da alimentação. A alimentação é a base para uma vida saudável e deve ser complementada pelo acesso a conhecimentos variados.

Alimentar e proteger é satisfazer suas necessidades básicas, inerentes ao ser humano. O ato de alimentar deve ser feito em partilha, isto porque quando as crianças se alimentam em grupo há troca de carinho entre elas. As brigas também são inevitáveis e os professores devem estar atentos para fazer as devidas intervenções se necessário for. A rotina da escola de educação infantil é um exemplo de solidariedade na hora das refeições: as crianças e as professoras interagem de uma maneira muito peculiar. Os comportamentos das crianças demonstram o grau de desenvolvimento que é observado pelas professoras e o comentário destas em reunião ajuda no desempenho daquelas que ainda têm dificuldades de entender as ações das crianças em desenvolvimento.

O cuidado das professoras e monitoras em observar a criança que está se alimentando e em procurar ajudar aquela que ainda não sabe ou não quer se alimentar já faz parte da rotina da escola de educação infantil.

De acordo com sua faixa etária, a criança tem sua forma própria de expressar sua necessidade e o adulto que acompanha deve estar atento para melhor compreendê-la.

Nos primeiros momentos de vivência em espaços educativos, a criança se mostra dependente e, à proporção que vai conhecendo o ambiente, torna-se independente. Ela começa a explorar o espaço e a questionar as professoras sobre tudo que vê. E, para ajudá-la a se desenvolver com segurança, a professora deve ouvi-la e situá-la, respondendo a suas indagações de maneira simples e clara.

A Educação Infantil oportuniza situações em que a criança amplia seus conhecimentos, desenvolve a experiência e a consciência de suas próprias capacidades de aprender, assim como também o gosto pela investigação e pela

descoberta, ampliando a capacidade de escolha, o desenvolvimento do espírito crítico, do pensamento e da expressão pessoal e grupal, facilitando o processo de descoberta e a utilização da linguagem.

O potencial que a criança traz quando vem ao mundo, quando interage com as condições oferecidas pelo meio em que vive, encaminha seu desenvolvimento, sua maneira de pensar e agir. Porém, sem alimentação, saúde, estímulo e atenção, a criança morre ou sofre um grande atraso em seu desenvolvimento.

A criança que brinca em casa e na escola tem maior possibilidade de construir uma identidade autônoma, cooperativa e criativa. A criança não nasceu sabendo brincar, mas na escola de educação infantil aprende a brincar com seus pares, que são os adultos ou crianças da mesma idade ou maiores. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil afirma que

a brincadeira é uma linguagem infantil que mantém um vínculo essencial com aquilo que é o “não brincar”. Se a brincadeira é uma ação que ocorre no plano da imaginação isto implica que aquele que brinca tenha domínio da linguagem simbólica. Isto quer dizer que é preciso haver consciência da diferença existente entre a brincadeira e a realidade imediata que lhe forneceu conteúdo para realizar-se. Neste sentido, para brincar é preciso apropriar-se de elementos da realidade imediata de tal forma a atribuir-lhes novos significados. Essa peculiaridade da brincadeira ocorre por meio da articulação entre o imaginário e a imitação da realidade. Toda brincadeira é uma imitação transformada, no plano das emoções e das idéias, de uma realidade anteriormente vivenciada.⁵

Basta ver a criança de meses quando solta um brinquedo de suas mãos e o adulto pega-o e lhe devolve. Percebendo este movimento e num impulso, a criança o solta novamente para que o adulto o devolva. Para ela, é uma brincadeira prazerosa. Em seus estudos sobre o desenvolvimento da criança, Piaget percebeu a ligação deste movimento com uma dimensão bem maior: neste momento a criança já está desenvolvendo uma habilidade matemática que ele a chamou de “teorema” de forma muito simples, o ir e vir do objeto que é lançado ao chão e pego pelo adulto.

No momento das brincadeiras, o adulto precisa observar bem os gestos e sinais que as crianças fazem, bem como o espaço em que elas brincam, pois é aí que a imaginação delas flui de maneira criativa e que se desenvolve um aprendizado, com uma certeza de que estão apenas brincando.

⁵ BRASIL, 1998, p. 27.

Quando um adulto entrega uma folha de papel em branco e pede a uma criança que faça um desenho, está lhe possibilitando a ampliação de seus conhecimentos adquiridos anteriormente.

O prazer de aprender brincando, ao mesmo tempo em que desenvolve a auto-estima, auxilia também de maneira progressiva a criatividade da criança.

A criança é por natureza muito observadora, qualidade esta que o adulto já não consegue mais com tanta avidez como a criança. Isto porque ela, através da observação, imita o que vê com liberdade, sem medo das correções dos adultos. O adulto com medo de julgamento não desenvolve suas observações com gestos e com sinais. Contudo, a brincadeira se dá de duas formas: uma livre, onde a criança precisa de liberdade para escolher seus coleguinhas para brincar; outra orientada pelo adulto, onde este a conduz ao desenvolvimento de um conhecimento preestabelecido.

Existe algo mais prazeroso do que aprender brincando? Não. Brincando, a criança vai transformando e enriquecendo seu conhecimento adquirido anteriormente ao momento atual.

A brincadeira possibilita, ainda, a interação entre as crianças, seja através de uma conversa em roda de novidades contadas pelas próprias crianças ou através de jogos.

Na escola de educação infantil, as crianças aprendem a conviver entre si e com os adultos com respeito à amabilidade. É interessante observá-las nas brincadeiras e no momento da higiene: a preocupação que elas têm umas com as outras, de serem atendidas com a mesma atenção pelas professoras e monitoras. Neste ponto, observa-se o desenvolvimento da interação, que leva à construção de sentimentos, do cuidado entre si, tornando-as independentes.

1.3 A prática e a formação dos professores de Educação Infantil

A Lei de Diretrizes e Base de Educação Nacional valoriza a Educação Infantil, colocando-a na estrutura da Educação Básica e prevendo uma formação

específica para os professores que se dedicam a esta primeira fase de educação, destinada às crianças de 0 a 6 anos de idade.⁶

As exigências da lei em formar os professores de Educação Infantil com o curso superior foi um grande avanço para a qualificação do ensino. O prazo para obtenção desta formação era em princípio de 10 anos a contar da promulgação da Lei. Cada Estado e município da Federação recebeu esta intimação por parte do Governo Federal, buscando fazer da melhor maneira possível a realização da qualificação dos professores e das professoras lotados nas escolas que oferecem este nível de ensino. Assim, a educação continuada começou a ter seu lugar para dar continuidade à formação dos professores e professoras.

No entanto, os profissionais de Educação Infantil, embora tenham esta formação, precisam de outras qualificações que venham a contribuir com a formação das crianças com as quais trabalham. Uma das qualidades é gostar do que faz e de com quem faz. Isto possibilita tanto à professora quanto ao aluno uma interação com base na estrutura emocional de ambas.

As instituições de Educação Infantil estão exigindo a formação dos professores e professoras que constituem seu corpo docente, pois o trabalho na Educação Infantil exige destes profissionais uma competência polivalente, ou seja, conhecer de tudo um pouco. Este conhecimento é que lhes possibilita a realização de um trabalho diversificado, que vai desde o cuidar da criança à informação necessária à condição de aprender utilizando uma linguagem acessível ao nível de desenvolvimento da criança.

Portanto, o profissional de Educação Infantil precisa ter, antes de tudo, o conhecimento da realidade social em que vivem as crianças, bem como de teorias educacionais mais adequadas. Ele precisa ter também atitudes positivas de segurança, confiança, cooperação e qualidades pessoais para o enriquecimento de seu trabalho.

Ensinar com conhecimento faz a diferença entre dar aula e ensinar. O ato de ensinar leva o professor a induzir a criança a construir seu próprio conhecimento. Quando uma criança aprende, significa dizer que houve ensino. Embora seja

⁶ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1996, Art. 29.

possível dar aula sem conhecimento, é impossível ensinar sem conhecer o que se propõe a ensinar.

Por razões éticas e de responsabilidade, o professor tem o dever de conhecer o que vai ensinar. Agindo assim, ele conquista respeito, confiança e admiração por parte das crianças. Faz parte da tarefa educativa, especialmente nas creches e pré-escolas, um ensino para e com competência.

Paulo Freire faz a seguinte referência:

O professor que pensa certo deixa transparecer aos educandos que uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo como seres históricos é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo.⁷

É preciso que o professor e a professora conheçam o mundo da criança para que venham a realizar um trabalho mais efetivo junto às crianças. Mergulhar no mundo da criança para assim conhecê-la melhor é uma das funções dos profissionais de Educação Infantil.

Portanto, o professor e a professora devem partir sempre de onde a criança está, ou seja, perceber que, quando a criança chega à escola, já traz consigo informações importantes para sua aprendizagem. As atividades que são proporcionadas no espaço escolar geralmente ignoram este saber prévio da criança.

Diante do exposto, professores e alunos realizam trocas de saberes. Naturalmente o professor, com um conhecimento mais elaborado, busca implementar o saber trazido pela criança do meio em que vive.

Com o objetivo de proporcionar um ensino partindo de onde a criança está, o professor considerará os pré-requisitos cognitivos da criança referentes aos conteúdos a serem ensinados. Por exemplo, antes de manusear qualquer objeto, o professor, dentro de seus conhecimentos básicos, deve trabalhar os movimentos, porque estes são as primeiras condições de aprendizagem da criança.

Quando ainda bebê, a criança observa os movimentos a seu redor, os adultos que passam perto dela, que a seguram nos braços e a embalam. Partindo daí, ela começa a se virar para onde existem pontos que chamam sua atenção. Se

⁷ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 31.

houver algo que a agrade, ela sempre olhará para aquele ponto e sorrindo, muitas vezes, baterá palmas, jogar-se-á para pegar objetos e para os braços do adulto que ela já identifica como pessoa que convive no mesmo espaço.

No entanto, trabalhar com Educação Infantil exige muito mais do que conhecimento. Exige habilidade, responsabilidade, interesse e principalmente gosto pelo que se faz. Por isso, antes de abraçar este trabalho, o professor e a professora de Educação Infantil precisam se perguntar se é realmente isto o que querem fazer, se lhes agrada e se querem realmente se dedicar a esta atividade profissional.

Amar a criança é o primeiro passo para uma convivência educativa. É preciso saber lidar com seu comportamento, que varia de acordo com o desenvolvimento das estruturas biológicas e sociais de cada uma como ser humano.

A criança quando chega à escola de educação infantil ainda não sabe falar corretamente. Ela se comunica apenas através de gestos e de sinais: aponta para o filtro quando quer beber, chora quando tem fome ou sente alguma dor. Neste momento, o professor ou a professora deve se posicionar como um verdadeiro observador capaz de identificar as necessidades das crianças. É por aí que começa o diálogo entre professor e aluno.

O fato de trabalhar em instituição de Educação Infantil exige por parte do professor uma dedicação por inteiro. A alegria é o carro chefe de seu trabalho dentro desta primeira etapa de educação básica.

Criança gosta de pessoas felizes e dispostas a brincar com ela. Neste ponto, é preciso que o professor e a professora tenham consciência de que a brincadeira leva a criança a recriar e a estabilizar aquilo que já conhece.

Portanto, as atividades educativas desenvolvidas no espaço escolar devem partir do conhecimento das diferentes culturas que constituem a comunidade escolar, pois o âmbito social oferece ocasiões para a elaboração de estratégias de pensamento e de ações que ampliam as perspectivas infantis.

Com relação às aprendizagens significativas, cabe ao professor e à professora valorizar o conhecimento prévio das crianças e induzi-las a intensas atividades criativas, trabalhando assuntos do dia-a-dia a fim de que as crianças possam participar das atividades de produção do conhecimento.

Formar grupos com crianças maiores, aquelas que têm mais tempo na escola, e com as que acabam de chegar, facilita uma interação maior, havendo possibilidade de desenvolver ações solidárias entre elas.

O ser humano tem, dentre suas especificidades, a capacidade de ensinar. As ações dos pais e dos irmãos mais velhos ensinam aos mais novos aquilo que julgam estar de acordo com as normas familiares e que é legal passar de geração em geração. Não é diferente na escola: o adulto está sempre preocupado em ensinar e/ou conduzir a criança a uma aprendizagem com a certeza de que o modo como faz é uma maneira saudável de educar.

No espaço escolar, aparece uma gama de informações a serem passadas para as crianças. Uma delas é a cultura advinda das famílias que compõem a comunidade escolar. Há uma cultura que, por muitos anos, foi deixada de lado pelo desconhecimento e preconceito daqueles envolvidos com a Educação Infantil. Este é o caso dos costumes religiosos dos africanos, pois, querendo ou não, somos descendentes dos negros que muito ajudaram na economia do país e se misturaram aos que aqui já viviam, como os índios e os brancos vindos da Europa. Não há como negar esta realidade. Então as suas práticas religiosas também estão presentes no espaço escolar.

Conhecendo esta realidade, o professor e a professora vão trabalhar junto às crianças a aceitabilidade deste povo tão sofrido, sem ações piegas, mas mostrando o valor destes seres humanos que constituem nossa população.

Quando as crianças se sentem excluídas e desvalorizadas por parte do adulto - ou de crianças que, induzidas pelos pais, menosprezam as crianças negras - ficam arredias e desconfiadas, sem vontade de participar das atividades escolares.

No entanto, ainda são muito comuns nas escolas comentários do tipo “aquela criança tem um jeito diferente, não gosta de nada que se ensina, não tem interesse de aprender nada”. O que o professor e a professora não sabem é que a criança quer aprender sim. Talvez não aquilo que está sendo ensinado na escola, porque o que está sendo proposto não lhe está acrescentando nada e, muitas vezes, a maneira como está sendo ensinado está desprezando e até mesmo ignorando o que as crianças gostam e acreditam.

Em sua prática pedagógica, o professor deve sempre buscar melhorar suas condições de ensino, refletindo sua prática, pois ser reflexivo é antes de uma qualidade uma necessidade de ampliação e concretização da ação educativa.

Quando o professor e a professora provocam uma avaliação de sua prática por parte dos alunos, estes estão dispostos, sem dúvida, à mudança. Mudar é uma condição de crescimento. Professores que pensam que sabem tudo, que não precisam mais ampliar seus conhecimentos, estão fadados ao esquecimento dos próprios alunos. O professor que se colocar em condições de crescimento está constituindo sua própria criticidade.

O fundamental para que haja ensino é também a existência do diálogo entre professor e aluno. Sem o diálogo, o ensino não chegará à aprendizagem de ambas as partes. O professor tanto ensina como aprende e o aluno segue a mesma prática. A falta do diálogo entre professor e aluno traz um dano muito grande à formação de ambos. A sociedade contribui tanto para a formação do professor como para a formação do aluno, especialmente quando constrói no ser humano os valores éticos e morais que possibilitarão o respeito entre professor e aluno, possibilitando-lhes o diálogo.

A escola tem o dever de não só ajudar na formação como também dar condições de professores e alunos transformarem a sociedade. Alunos e professores são sujeitos ativos e responsáveis pelas mudanças do meio em que vivem. Moreno Izquierdo afirma que “o educador cria um clima, um ambiente, estabelece relações interpessoais com as crianças, com os adolescentes e jovens, com base, fundamentalmente, em atitudes”.⁸

Esta contribuição de Moreno Izquierdo traz informações importantes para o educador que busca fazer de sua prática educativa uma constante revolução na educação. A criatividade do ser humano leva-o à transformação de seu próprio meio de trabalho, especialmente quando este professor mostra-se um colaborador das realizações das atividades construtivas e transformadoras dos currículos escolares. Para otimizar o ensino, o autor diz:

Hoje como sempre, o ensino é a mais importante tarefa pessoal e social para o desenvolvimento dos povos e da pessoa; ele deve impulsionar o

⁸ IZQUIERDO, Moreno C. *Educar em valores*. São Paulo: Paulinas, 2001. p. 90.

progresso, a evolução e o desenvolvimento integral do ser humano e da sociedade. O ser humano poderá desenvolver-se em todas as suas dimensões, uma vez que é a riqueza espiritual e material maior da humanidade.⁹

Pensando em educação, para se chegar a esse ponto é necessário o empenho de todos os educadores e educadoras para renovar as tendências pedagógicas já existentes, como também para criar novos paradigmas de educação, concretizando um ensino de qualidade acessível a todas as classes sociais, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada ser que busca na educação uma evolução humana.

⁹ IZQUIERDO, 2001, p. 91.

2 O ENSINO RELIGIOSO E A LEI DE DIRETRIZES E BASES

2.1 O Ensino Religioso

O Art. 33 da Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional trazia, em seu primeiro texto, que o Ensino Religioso era uma disciplina que deveria ser oferecida nas escolas públicas de ensino fundamental cuja matrícula é facultativa. A oferta do Ensino Religioso na rede pública não deveria constituir ônus para o Estado e cabia aos pais ou responsáveis a escolha entre as modalidades confessional – de acordo com a opção religiosa do aluno – e interconfessional – de acordo com a diversidade religiosa.¹⁰

Este texto trouxe uma grande discussão para o sistema de educação brasileira. Ora, uma vez integrante das disciplinas dos horários normais das escolas públicas, o Ensino Religioso não poderia ser ministrado sem ônus. Neste ponto, os educadores da área reivindicaram da União uma postura que viesse a valorizar o professor de Ensino Religioso.

Diante dos debates e encontros com autoridades ligadas ao Governo Federal, conseguiu-se uma nova versão para o Art. 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional através da aprovação da Lei n. 9.475, de 22 de julho de 1997. O Art. 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional assumiu a seguinte redação:

Art. 33 O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.¹¹

Esta foi a primeira emenda à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Com a nova redação, a expressão sem ônus foi retirada do texto. Abriu-se então a possibilidade de Estados e municípios remunerarem os professores de Ensino Religioso como os demais professores das outras áreas de ensino. Na época, em 1997, muitos Estados já o faziam. Em relação aos conteúdos, cada

¹⁰ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1996, Art. 33.

¹¹ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Lei n. 9.475*. Brasília, 22 jul. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9475.htm>. Acesso em: 17 abr. 2009.

sistema deveria ouvir as organizações religiosas para defini-los. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso,

A tarefa de buscar fundamentos para o Ensino Religioso remete às questões do fundamento do conhecimento humano. Como todo conhecimento humano é sempre patrimônio da humanidade, o conhecimento religioso deve também estar disponível a todos os que a ele queiram ter acesso.¹²

Neste ponto, os profissionais de educação ligados ao Ensino Religioso começaram a debater como seria um Ensino Religioso sem proselitismo. Foi então que surgiu um grupo de estudo coordenado pelo professor Álvaro Sebastião Ribeiro, na época coordenador do Ensino Religioso do Distrito Federal, para elaboração de um texto básico para as escolas públicas do Distrito Federal. O grupo era composto por profissionais de educação das diversas religiões existentes no Distrito Federal, do qual eu tive o privilégio de fazer parte como coordenadora da Divisão de Ensino Fundamental da Fundação Educacional, hoje Secretaria de Educação do Distrito Federal. O grupo se reunia uma vez por semana para discutir os rumos do Ensino Religioso para as escolas públicas do Distrito Federal, tendo como objetivo elaborar uma orientação para os professores. No entanto, as discussões seguiam no âmbito das escolas. O professor de posse do texto passou a ler e refletir sobre sua prática, tomando cuidado para não cair no proselitismo.

De início, após a promulgação da Lei n. 9.394/96, a maior dificuldade encontrada pelos professores de Ensino Religioso era que eles, uma vez posicionados como representantes de uma religião tida como verdadeira, não conseguiam sair do proselitismo. Era comum ver professor com a Bíblia debaixo do braço, levando-a para a sala de aula, para assim trabalhar com os alunos. Daí então os questionamentos dos alunos eram, muitas vezes, deixados sem respostas, pois as respostas dadas pelos professores não convenciam os alunos da veracidade da religião ensinada.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, quando abre espaço para a diversidade, possibilita ao professor ter um olhar voltado para a multiculturalidade existente na sociedade e no espaço escolar com relação à

¹² FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO. *Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Religioso* (PCNER). São Paulo: Ave Maria, 1998. p. 21.

religiosidade. A cultura traz para a escola a convivência de valores éticos que ajudam na formação do cidadão.

Portanto, uma criança e um jovem precisam ser orientados para desenvolver seus valores como seres humanos. Um dos valores a ser bem desenvolvido no ser humano é o amor, porque este torna o homem solidário. A ação solidária, em princípio, não deve ser realizada apenas com os amigos ou conhecidos como bem fala Cristo: “se amais os que vos amam, que recompensa merecei? Também os pecadores amam aqueles que vos amam” (Lc 6.32). Portanto, o amor é condição humana e deve ser partilhado com todos sem distinção. Não se deve escolher a quem amar, mas se permitir amar e ser amado. Os que necessitam ser amados, muitas vezes, estão tão próximos de nós e os desprezamos por medo ou por os julgarmos como pessoas oportunistas, criadoras de histórias para se darem bem na vida. Quando se chega a este ponto, é bom nos questionarmos: o que realmente representa a religião para o ser humano? Rubem Alves nos dá a seguinte contribuição:

E assim a religião é preservada como sonho. Só que, no momento em que este sonho é interpretado e compreendido, Deus desaparece: os céus se transformam em terra, o que estava lá em cima reaparece lá na frente, como futuro... E as imagens que a religião tomava como retratos do ser mais belo e mais perfeito passam a construir um horizonte de esperança em que os homens espalham seus desejos, utopia de uma sociedade em que o presente é mágica e miraculosamente metamorfoseado pelo homem que quebra as correntes, para colher a flor, não em virtude de pressões que vêm de fora, mas em resposta aos sonhos que vêm de dentro.¹³

Isto mostra que a religião é para o homem um caminho a seguir em direção a algo que se busca com a esperança da realização humana. O homem que ama sabe cuidar-se e cuidar do outro, considerando-o como parte de si. Esta é uma relação essencial entre os seres humanos.

Cuidar dos pobres e dos oprimidos é um valor sem dimensão, levando em conta que esta ação humana não se reduz em doar objetos, alimentos ou valores numéricos, mas consiste em induzi-los à libertação, levando-os a uma promoção humana. Sabe-se que a liberdade é uma qualidade inerente ao homem e a presença dela em sua vida lhe possibilita a percepção do limite que se deve ter diante de situações que requerem uma reflexão para serem realizadas ou não.

¹³ ALVES, Rubem. *O que é religião*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984b. p. 101.

Por esta razão, o Ensino Religioso oferecido pelas escolas públicas busca um embasamento nas culturas existentes no ambiente escolar. E com relação à Educação Infantil, professores e professoras dessa fase da educação observam com atenção o relacionamento entre as crianças, pois elas trazem de seus lares uma vivência cuja continuidade darão na escola. Quando são carinhosas, significa que os pais ou os adultos com as quais convivem as tratam com carinho e, em se tratando de religiosidade, é importante que este ato seja valorizado e incentivado com respeito pelos profissionais de educação da escola. A religião com a qual a criança convive em seu lar é partilhada com os coleguinhas na escola.

Porém, quando a criança é um pouco arredia, não cabe ao professor ou à professora julgá-la, mas acolhê-la. Assim ajudarão a desenvolver sua amabilidade para com os coleguinhas.

A criança busca na imaginação realizar o que ela pensa ser possível realizar, é como se fosse uma mágica. Ela crê e age segundo as ações dos adultos e deseja que suas imaginações se tornem realidade. Os adultos muitas vezes quebram este encanto da criança, essa forma mágica de se relacionar com seu Deus, dizendo-lhe como deve ser sua relação com Deus. Logo ensinam as crianças a pronunciar palavras feitas e não sonhadas por elas. Surgem então as dúvidas e os questionamentos, o porquê dos porquês. E, dependendo da maneira que o adulto lhe responde, ela poderá aceitar como verdade ou não. A criança que vê nas respostas do adulto a verdade pode se desencantar quando perceber que este adulto mente. Para ela é uma grande decepção. Reverter este quadro se torna difícil para o adulto. Neste ponto, a criança pode até não demonstrar sua decepção, mas levará em seu subconsciente esta mágoa do adulto por toda sua vida.

2.2 A religiosidade e sua importância na formação do cidadão

Na história da humanidade, está implícita a religião. A religião é constituinte da estrutura humana, existindo desde a criação do homem e da mulher, criados como imagem e semelhança de Deus.

Com o passar dos anos, surgiram questionamentos que não possuíam respostas acessíveis ao entendimento do homem. Desta forma, este começou a buscar novos caminhos para entender melhor suas indagações.

Surgiram e continuam surgindo religiões e mais religiões. Mesmo assim, elas ainda não satisfazem a humanidade em sua totalidade, sempre há um “algo” que precisa melhorar.

No entanto, para justificar a inconstância e unificar a humanidade, surgiu o desejo do encontro ecumênico onde se estabelecerá uma unidade. A aceitação por parte dos homens e das mulheres é visível: uns aceitam, mas outros não aceitam este encontro. Uma minoria mais consciente já aceita esta possibilidade de unir-se em busca de um Deus uno.

O surgimento de várias religiões mostra a necessidade do ser humano encontrar-se consigo mesmo e com o outro para manter-se em comunhão. Homens e mulheres buscam na religião um ponto de apoio para suas realizações humanas. Como diz Silas Guerreiro,

Um indivíduo que tenha optado por uma dessas novas religiosidades passa a dar menos importância aos referentes ancorados na tradição familiar e na herança de sua cultura para deslocar em busca de novos caminhos, em uma “viagem” interior na qual a salvação encontra-se dentro de si mesmo.¹⁴

No Brasil, o movimento religioso tem crescido assustadoramente. A cada dia que passa, surge uma nova igreja. No entanto, para fortalecer aqueles que permanecem firmes em sua religião de origem, é bom perceber que as denominações religiosas tradicionais permanecem atuantes e bem fortalecidas na sociedade.

Contudo, estes movimentos têm causado grandes polêmicas não apenas no Brasil, mas em outros países, sejam eles da América do Norte, da Ásia, na Europa... enfim, em todos os continentes. Isto leva as religiões tradicionais a refletirem sobre sua prática religiosa e assim reagruparem aqueles que evadiram em busca de outras expressões religiosas por quaisquer motivos.

Qual seria o principal motivo desses movimentos religiosos no Brasil? Há quem diga que são decorrentes do sistema econômico. Para solucionar problemas existenciais, a procura de novas expressões religiosas é muito grande porque pensam que, fazendo parte dessa nova religião, logo encontrarão a solução para seus problemas, sejam eles de natureza econômica, sentimental ou física.

¹⁴ GUERREIRO, Silas. *Novos movimentos religiosos o quadro brasileiro*. São Paulo: Paulinas, 2006. p. 15.

Um fato importante é que estas novas religiões não precisam de templos. Elas estão espalhadas por todo e qualquer lugar. Isto facilita o bem-estar daqueles que não se sentem bem em templos. O ser humano tem muita pressa, tem sede de realizar seus sonhos como uma mágica, o que é humanamente impossível. Pensando assim, ele acredita nas coisas que lhe trazem resultados imediatos e, sem perceber, está envolvido em movimentos que poderão lhe causar danos morais. Silas Guerreiro traz uma informação importante, quando diz:

As novas religiões diferentes das cristãs e as vivências de religiosidades diversas passam praticamente despercebidas em termos numéricos, apesar de extremamente significativas se pensadas em suas contribuições simbólicas e nas possibilidades de escolhas que oferecem.¹⁵

Na verdade, fica evidente que os adeptos das novas religiões creem nas palavras do líder. O líder fala com tanta ênfase sobre o que poderá acontecer que não restam dúvidas que ele é o portador de verdades, deixando assim de abrir laços de vivência com outras religiões, tornando-se alienados, sem conhecimento do vasto leque de religiões existentes no mundo.

A falta de consciência fortalece a ação do inconsciente coletivo. Quantos jovens ligados a movimentos radicais já praticaram suicídio coletivo, mesmo assim a juventude persiste em busca de uma vivência. Eles creem que é preciso encontrar o caminho certo para a realização de seus sonhos.

Sabe-se que nenhum exagero é benéfico à vida do ser humano: tanto o proselitismo como a ausência de religião trazem transtorno ao homem. Neste sentido, para auxiliar na compreensão do movimento religioso consciente, Rubem Alves nos convida a refletir sobre a experiência do belo: “Pensemos um pouco sobre a essência da experiência estética. Este é um modelo que poderá nos esclarecer. A experiência religiosa e a estética estão muito próximas. Ambas têm a ver com a imaginação”.¹⁶

Este jogo que Rubem Alves faz é muito interessante, pois é a experiência religiosa que leva o ser humano a sentir prazer em realizar algo. No entanto, a estética corresponde à ação com emoção e, para que a consciência do homem perceba a beleza da religiosidade, necessária se faz uma ação externa a seu eu.

¹⁵ GUERREIRO, 2006, p. 95.

¹⁶ ALVES, Rubem. *O enigma da religião*. Petrópolis: Vozes, 1984a. p. 118.

Daí ele se percebe e se reconhece como sujeito integrante do movimento no qual participa. É aí que surge a fé através da experiência de Deus. Não é Ele que todos buscam?

Não há dúvidas de que a existência de múltiplas religiões e filosofias de vida se dá pela existência de um desequilíbrio da fé humana. A angústia de não se ter uma resposta imediata leva o ser humano a uma busca constante a fim de saciar-se, ou seja, de resolver seus problemas sem sofrimentos. O ser humano é muito imediatista para receber; para dar, nem tanto. É como se ele visse a existência de Deus fora de si, como se não fosse parte da criação. Portanto, é Deus que deverá resolver os seus problemas e não ele mesmo. Porém, os problemas existem para serem resolvidos pelo próprio homem. Afinal, Deus lhe deu inteligência para quê?

Para Leonardo Boff, o sentido religioso confirma que a crise das igrejas e religiões históricas reside na ausência sofrida de uma experiência profunda de Deus.¹⁷ Portanto, a fé advém da experiência com Deus em nossa vida. Ele está presente em todos os momentos, nas realizações da ação humana. Porém, é necessário que estejamos atentos para perceber e sentir Sua ação em nós. Leonardo Boff ainda comenta que

O místico cristão é o mistério da Sexta-Feira Santa e da Ressurreição. Não há Ressurreição sem Sexta-Feira Santa. É bom que nos preocupemos com isso, que abramos as portas, que não fiquemos no *couvert*, na entrada, nas sensações, mas vivamos as experiências. Há muita literatura sobre a mística hoje, mas vale como entrada. Temos que abriremos nós mesmos o nosso caminho.¹⁸

Sendo assim, a vigilância do ser humano é imprescindível para que possa reconhecer e valorizar esse encontro com Deus. Para que possa se sentir amado e acolhido por Ele em todos os momentos de sua existência. Quando o homem e a mulher se deixam – ou se permitem – possuir por Deus, neste momento desenvolvem em si a espiritualidade onde a liberdade os torna livres para realizar ações espirituais e humanas.

Retomando aqui as idéias de Rubem Alves em *O enigma da religião*, onde ele faz indagações como: Por que os homens fazem religiões? Onde está a verdade? Segundo ele, há resposta para todos os gostos e que é difícil dizer a

¹⁷ BOFF, Leonardo. *Mística e espiritualidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. p. 40.

¹⁸ BOFF, 2008, p. 193.

verdade: “o que torna a religião mais enigmática ainda é o fato de que, apesar de não entender as suas origens ou talvez precisamente por não entendê-las – o homem não consegue se desvencilhar do seu fascínio”.¹⁹ Pensando neste aspecto, para o homem retomar seu equilíbrio na fé, ele pode encontrar resposta para suas indagações nos espaços que ele frequenta, podendo ser religiosos ou não. Um desses espaços é a escola. Isto, partindo do princípio que todo ser humano tem o direito de frequentá-la.

Ah! Quantas coisas acontecem na escola! As relações de amizade são algumas delas: os grupos vão se formando de acordo com as identificações entre os educandos, entre os profissionais que nela trabalham.

Em sua dimensão pedagógica, a escola pode responder as indagações de sua população-alvo através de uma abordagem antropológico-filosófica, porque estas reconhecem a religião como prioridade humana. E o Ensino Religioso na escola tem a função de ajudar o aluno a se posicionar e a se relacionar com as realidades que o cercam.

Portanto, o Ensino Religioso, como parte integrante da educação integral do ser humano, deve se ocupar com os valores e as aspirações mais profundas do homem, cultivando assim suas razões mais íntimas e transcendentais, bem como fortalecer seu espírito de participação. Porém, nem por isso a escola deve fazer de suas salas de aula uma comunidade de fé. A escola deve torná-las um espaço privilegiado de reflexões sobre limites e superações.

Neste sentido, a escola precisa contar com um corpo docente que tenha religiosidade, porque esta, quando bem vivenciada, ajuda em sua necessidade pessoal e profissional. Isto porque aceitar e conviver com criança de diferente religiosidade é uma oportunidade ímpar para aqueles profissionais que trabalham nesta área da educação básica, pois são momentos de enriquecimento e de aquisição de conhecimento que os tornam mais capazes de realizarem trabalhos com qualidade.

A única exigência que se faz é que o professor esteja aberto e disponível a uma convivência saudável, eliminando preconceitos e aceitando as diferenças. A postura espiritual do professor precisa ser realimentada sempre com valores e

¹⁹ ALVES, 1984a, p. 33.

sentimentos que tragam alegria e prazer em tudo que ele venha fazer na instituição em que trabalha. Os professores que levam alegria para seu fazer pedagógico estão muito à frente daqueles que só sabem se queixar e se excluir das atividades curriculares da escola. Jung Mo Sung afirma que

a fé, seja do religioso, do cientista ou do humanista, com ou sem adjetivo espiritual, é que possibilita que a vida tenha um sentido e serve como primeiro motor da práxis humana. Quem não tem nenhuma fé não consegue estruturar significativamente a sua existência e, por isso, fica paralisado por causa da desorientação total. Neste sentido, a fé não é sinônimo de confiança, pois a falta de confiança nos paralisa por timidez ou abatimento, enquanto que a falta de fé nos paralisa por desorientação.²⁰

As idéias de Rubem Alves e de Jung Mo Sung levam-nos a refletir sobre a condição de cada educador que trabalha junto à criança, pois esta, ao mesmo tempo em que se disponibiliza para aprender, faz exigências de que seja cuidada e acolhida com respeito e amor.

2.3 Cultura e cidadania na escola

Segundo o dicionário Aurélio, cultura é o “ato ou efeito de cultivar e o complexo dos padrões e doutros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característica de uma sociedade”.²¹ Neste sentido, se voltarmos um pouco no passado, podemos perceber que o primeiro e mais antigo significado de cultura se encontra na literatura do século XV, em que a palavra se refere ao cultivo da terra das plantações e de animais. Porém, no século XVI o conceito de cultura foi sendo ampliado da ideia de cultivo da terra e dos animais para o cultivo da mente humana. Já no século XX, a noção de cultura passa a incluir a cultura popular, hoje penetrada pelos conteúdos dos meios de comunicação de massa.

Portanto, cultura identifica-se com a forma geral de vida de um determinado grupo social, com as representações da realidade e as visões de mundo adotadas por esse grupo. Isto se dá quando um grupo compartilha um conjunto de significados construídos nas práticas e na utilização da linguagem.

Cultura implica em um conjunto de práticas por meio das quais significados são produzidos e compartilhados em um grupo. Neste caso, quando nos referimos à

²⁰ MO SUNG, Jung. *Educar para reencantar a vida*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 138.

²¹ FERREIRA, Aurélio B. H. *Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

escola como grupo social, vemos a cultura como uma necessidade básica para a aprendizagem do ser humano em desenvolvimento, porque é através da cultura que se aprende a absorver conhecimentos na horizontalidade.

Assim as atividades culturais na infância estão sempre cheias de sonhos, desejos e ações que vislumbram as ações das crianças. Geralmente estas atividades são introduzidas através de músicas, jogos, brincadeiras, contos e fábulas. Isto facilita a interação entre as culturas e dão vazão ao entendimento e o conhecimento que são transmitidos no dia-a-dia da escola. Há uma curiosidade nas crianças de ouvir e ver tudo que se relaciona com a sua infância.

Neste sentido, Ana Cristina Coll Delgado diz que: “ao mesmo tempo em que a escola aparece como um elemento forte nas brincadeiras das crianças, o ato de brincar na visão das crianças está presente na escola e é importante para elas”.²² Tais constatações evidenciam que o mundo escolar tem uma conotação também positiva para as crianças que o compreendem como um espaço de convivência e desenvolvimento de suas culturas. Entretanto, este espaço de convivências e de manifestações culturais está restrito a alguns momentos, principalmente quando os adultos estão ausentes ou são menos diretivos.

Neste ponto, é importante perceber a escola como mediadora de culturas a fim de que sua ação educativa venha de fato a contribuir com a formação humana no que diz respeito à alegria das crianças de se descobrirem enquanto sujeitos, conhecendo a si e aos outros, ao mesmo tempo em que buscam vivenciar juntos valores que estão impregnados em sua constituição humana.

Partindo deste princípio, a cultura constitui o currículo das escolas que é um campo onde se tenta impor tanto a definição particular da cultura de determinado grupo quanto o conteúdo dessa cultura, isto porque é no currículo onde se travam competições em termo dos significados.

Como a escola pode ser organizada para se tornar um lugar de formação da consciência de cidadania do aluno, inserindo as culturas com que ele convive?

Na Educação Infantil, há uma série de saberes culturais que devem ser conhecidos e de aspectos que ajudam a promover o desenvolvimento das crianças.

²² DELGADO, Ana Cristina Coll et al. *Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças*. Porto Alegre: Mediação, 2007. p. 119.

Isso se refere intimamente aos conteúdos, ressaltando-se que esses conteúdos têm um tratamento especial, contextualizado, não-fragmentado e significativo.

Pensando na escola pública, uma de suas contribuições na formação cidadã é construir seu Projeto Político-Pedagógico de forma a contribuir para a construção de uma sociedade democrática. Ou seja, que esta formação chegue de forma igual para todos que buscam neste espaço educativo os conhecimentos necessários a sua integridade humana.

A democracia na escola se dá na interação do coletivo, na interação das ações de todos aqueles que de uma forma ou de outra estão operando o ensino no espaço escolar. Por exemplo, quando um professor elabora um projeto e solicita a ajuda dos demais, estes devem se disponibilizar a ajudá-lo na realização das atividades proposta pelo projeto. Há projetos que viabilizam a transdisciplinaridade entre as disciplinas do currículo em ação e estes precisam ser aceitos e desenvolvidos no coletivo da escola.

Mesmo que no Brasil ainda permaneçam insolúveis os conflitos étnicos, religiosos, sexuais, territoriais e econômicos, os profissionais de ensino devem refletir sobre sua prática e começar a construir na escola ações educativas voltadas para a valorização e construção da cidadania dos alunos como sujeitos de direitos e deveres para uma convivência de culturas, trazendo assim benefícios para a sociedade. A escola como instituição social não é um espaço neutro em relação aos conflitos e disputas sociais.

A escola absorve indivíduos de diferentes culturas e histórias que são peculiares a cada sujeito que migra das mais distantes regiões brasileiras e, por que não dizer, vindo até de outros países. Professor e professora por experiência sabem que a educação é um processo multicultural, pois a diversidade de vida de cada educando e de cada colega de profissão traz para dentro da sala de aula as contingências do ambiente em que vivem, seja da família ou da vizinhança. Por isso, admitir a multiculturalidade da escola é admitir também a diferença de cultura de cada educando.

Um dos objetivos da escola é oferecer condições para o acesso à ampliação da cidadania através de sua prática educativa e a função social da escola é, acima de tudo, sistematizar e disseminar os conhecimentos elaborados no curso da história

da humanidade e compartilhá-los no âmbito da sociedade. Afinal, o ser humano foi feito para transformar a sociedade e não ser transformado por ela. Isto se percebe quando o homem descobre e modifica seu ambiente, percebendo que com o tempo tudo se modifica. Por isso, melhora o espaço onde habita, trazendo benefícios para todos que ali vivem.

Uma das contribuições atuais para o enriquecimento cultural nas escolas é o retorno do Ensino Religioso. Para Pedro Ruedell, a religião, em cada ser humano, integra-se na polaridade de dinâmica e forma. Como dimensão do profundo existencial, a religiosidade se expressa e se torna realidade objetivamente perceptível por intermédio de elementos culturais. Vem a construir-se em uma realidade histórica, comumente denominada fenômeno religioso. Pode-se afirmar que, com esta inserção, o fenômeno religioso é a manifestação cultural da religião.²³ Assim, todo homem, considerado em sua totalidade ou tomado em cada uma de suas dimensões, só se desenvolve quando se expressa e relaciona com outros entes. Da mesma forma, a religiosidade, inerente ao ser humano, torna-se efetiva e desenvolve-se pela expressão e comunicação. O dinamismo religioso ganha forma ritmo e intensidade no fenômeno religioso.

Neste ponto, o Ensino Religioso nas escolas brasileiras ganha um novo ritmo, pondo em seu currículo esta disciplina de forma diferente, sem proselitismo, como está inserido na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como já fora citado no primeiro capítulo, onde esta disciplina passou a ser ensinada nos horários normais da escola. Esta é uma grande mudança. Antigamente havia escola especificamente com ensino voltado para uma determinada religião. Somente aqueles que participavam dessa religião eram aceitos na escola. Hoje quase não se vê escola assim. O mundo caminha em rumo ao diálogo inter-religioso, o que é considerado um grande avanço na história da humanidade. Lógico que ainda existem pessoas que não aceitam essa mudança por pura falta de visão de mundo.

Com estes requisitos, a educação contribui com a formação cidadã de cada indivíduo na esfera social. Com o desenvolvimento de atividades que possibilitam a formação de valores para a aquisição de uma nova consciência, o ser humano participa conscientemente de suas ações morais. Neste sentido, Moreno Izquierdo

²³ RUEDELL, Pedro. *Educação religiosa: fundamentação antropológico-cultural da religião segundo Paul Tillich*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 73.

afirma que a “consciência é a bússola que nos guia pelo caminho correto, nem sempre o mais fácil, mas sempre o mais adequado para se progredir na sabedoria e no amadurecimento do espírito”.²⁴

De fato, o homem, consciente de seus direitos e deveres, sabe dirigir-se no caminho certo sem deixar-se influenciar por informações de pessoas que se oferecem para conduzi-lo por caminhos desconhecidos. Peresson confirma que uma educação centrada no fortalecimento e no desenvolvimento das culturas, além de ter o olhar ancorado no passado, levando adiante o processo de descobrimento das próprias raízes e do patrimônio cultural, deve dirigir seu olhar para o presente, para o contexto que a rodeia, e para dentro, para sua realidade.²⁵

Neste ponto, faz-se necessário ressaltar a história das sociedades, como viveram e como vivem atualmente. Muitas coisas se perderam pelo caminho, mas o essencial permanece, basta que se olhe para os eventos culturais: o casamento é um exemplo. Ele não sai da história, pois, mesmo sendo realizado de formas diferentes, é desejado por muitas pessoas. A mudança nos casamentos trouxe para a sociedade uma reflexão onde muitos fazem o questionamento do porquê dos casamentos de antigamente darem certo e os de hoje não. É bom que se perceba que as culturas se modificam com o tempo. É muito difícil – ou quase impossível – na pós-modernidade encontrar mulheres submissas em uma situação até mesmo de escravidão. Estas mudanças são muito visíveis no âmbito das escolas, muitas famílias são constituídas por pai ou mãe, tio, avós e assim por diante.

Olhando para a história da educação brasileira, percebe-se que a cultura indígena muito contribuiu para o desenvolvimento do ensino nas escolas devido a sua postura no trato com os filhos e com os mais velhos. O valor que eles davam aos mais velhos que, não tendo mais força para o trabalho, ficavam em casa cuidando das crianças e dos jovens, repassando assim seus ensinamentos, a fim de esses não se perdessem, dando continuidade a seus ritos de passagens com seus rituais espirituais. Creio que esses valores permanecem vigentes entre os indígenas. Como se sabe, os indígenas eram politeístas e viviam bem. O homem branco, como era dito por eles, chegou e se opôs a suas religiões, tentando conduzi-los a uma

²⁴ IZQUIERDO, 2001, p. 194.

²⁵ PERESSON, M. L. Pedagogias e culturas. In: SCARLATELLI, Cleide C. et al. (Orgs.). *Religião, cultura e educação*. São Leopoldo: Unisinos, 2006. p. 101.

única fé, a católica. Enfim, os mais velhos ensinaram a cura para seus males às crianças e aos jovens, fortalecendo suas culturas que ainda perduram.

Não se sabe ao certo, mas para o Instituto Socioambiental que produziu a listagem dos povos indígenas, são conhecidos hoje no Brasil 218 povos indígenas.²⁶ Este número varia se forem utilizadas outras fontes. Por isso, a listagem apresentada pelo Instituto é aproximada. Hoje também se sabe que estes povos falavam cerca de 180 línguas conhecidas, distribuídas pelo Brasil afora. Porém, não são difundidas nas escolas públicas, somente nas escolas indígenas, onde eles conseguiram através da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional um ensino bilíngue, ou seja, duas línguas: a portuguesa e a de sua própria comunidade.

Lamentavelmente não foi socializada com nosso ensino a linguagem dos indígenas nas escolas públicas brasileiras, como vimos no parágrafo anterior. As línguas indígenas não foram estudadas como parte integrante dos currículos das escolas. Então foi perdido uma grande oportunidade de um maior enriquecimento de nossa cultura.

Portanto, não se devem apresentar conteúdos prontos para as crianças, mas construí-los com elas no dia-a-dia da escola, valorizando-os. Assim as crianças se sentirão parte da construção de seus saberes.²⁷

Muitos brasileiros com visões retrógradas olham para os indígenas com desprezo, como se eles não fossem civilizados e comessem pessoas. Essas pessoas esquecem que a sociedade brasileira está cheia de assassinos que se consideram civilizados e que matam por prazer ou por dinheiro.

Outra contribuição que enriqueceu a cultura brasileira foi oriunda das inúmeras culturas africanas que aqui chegaram com os escravos. Suas religiões e crenças em seus Deuses, seus rituais chegaram a amedrontar os brancos que os proibiram de realizá-los. Contudo, sua linguagem e seus modos de vidas ficaram muito vivos em nossa cultura. A musicalidade, a alegria contagiante dos africanos e

²⁶ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena: quem são, quantos são e onde estão os povos indígenas e suas escolas no Brasil?* Brasília: MEC, 2002. p. 9.

²⁷ Na Educação Infantil, há uma série de saberes culturais que devem ser conhecidos e de aspectos que ajudam a promover o desenvolvimento das crianças. Isso se refere intimamente aos conteúdos educativos, ressaltando-se que esses conteúdos têm um tratamento especial, contextualizado, não-fragmentado e significativo. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. *Diretrizes Pedagógicas 2009-2013*. Brasília: SEC, 2008. p. 35.

seus ensinamentos sobre a extração das riquezas minerais do solo brasileiro constituíram profissões que deram ao Brasil um crescimento econômico.

Independente do grupo social e/ou étnico-racial a que atendem, é importante que as instituições de Educação Infantil reconheçam seu papel e sua função social, atendendo às necessidades das crianças e constituindo-se em espaços de socialização e convivência entre iguais e diferentes, com suas formas de pertencimento, como espaço de cuidar e educar, que permita às crianças explorar o mundo, novas vivências e experiências.

Com a promulgação da Lei n. 10.639 pelo Presidente da República²⁸ e a aprovação do parecer pelo Conselho Nacional de Educação,²⁹ foi distribuído para todos os Estados da Federação o material a ser utilizado pelos professores das escolas públicas brasileiras. Dessa forma, foi oferecido um curso à distância para aproximadamente 50 mil professores. Os tutores faziam uma ponte na orientação do estudo dos textos disponibilizados pelo Ministério da Educação. Este curso teve a carga horária de 120 horas e os professores eram capacitados em sua própria escola. Neste momento, os professores e alunos das regiões brasileiras tiveram a oportunidade de conhecer a verdadeira história africana, bem como localizar em seu Estado as comunidades quilombolas.

A discriminação contra a religião afro-brasileira é frequente na sociedade. A escola não se exclui dessa ação. Porém, no âmbito escolar não são todos os professores que têm essa visão limitadora. Eles fazem a diferença, pois se disponibilizam a inserir novos conhecimentos sobre as religiões do mundo em seus conteúdos de sala de aula. A religião, como todo conhecimento, perpassa a vida do

²⁸ Para valorizar esta cultura, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em uma de suas primeiras ações, promulgou a Lei n. 10.639, instituindo a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Lei n. 10.639*. Brasília, 09 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 15 jul. 2009.

²⁹ Em 2004, o Conselho Nacional de Educação aprovou o parecer que propõe as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Africanas e Afro-brasileiras. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: SECAD, 2006.

ser humano. Por esta razão, a religião não deve ser discriminada, mas acolhida para ser vivenciada por aqueles que se abrirem a uma convivência sem preconceitos.³⁰

Portanto, a educação deve se preocupar com a transformação da sociedade, educando cidadãos conscientes. O fortalecimento do desenvolvimento das culturas garante uma boa base de cidadania para o homem, pois a cultura se modifica pelas mãos do próprio homem.

³⁰ A escola é o espaço onde se encontram crianças, adolescentes e jovens de diferentes níveis e grupos sociais. Assim indivíduos com diferentes crenças e identidades, inclusive religiosas, convivem e se relacionam cotidianamente. ABRAMOVAY, Mirian (Coord.). *Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas*. Brasília: SEEDF, 2009. p. 241.

3 A FAMÍLIA: PRESSUPOSTO BÁSICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1 A família

A educação é um processo tão complexo que não pode prescindir da ação de um fator tão essencialmente influente no crescimento e configuração da pessoa como é a família. A família é um âmbito insubstituível de gestão, é um sistema de relações desde a aceitação de nossa singularidade. Na família há afeto, há reconhecimento, há intimidade. E este processo de personalização exige um clima de acolhida, um clima estimulante para crescer e amadurecer. Só na intimidade da família somos aceitos pelo que somos e não pelo que fazemos ou por nossos resultados.³¹

Na história de educação de um indivíduo, sempre se espera uma ação familiar, pois a família antecede a escola. Uma criança amada e desejada tem melhores condições de se relacionar e conviver bem com outras crianças e adultos que porventura venham a conduzi-la no caminho do conhecimento e do saber. É na convivência familiar que se podem revelar as coisas mais essenciais do próprio ser, sem medo de represálias. Neste sentido, o sujeito se sente aceito como ele é.

Contudo, a família precisa estar bem atenta aos valores que dão sentido à vida. A criança que não vivencia estes valores poderá ter sérias dificuldades de ajustamento na escola e, conseqüentemente, na sociedade.

Nos dias atuais, a educação requer um trabalho conjunto entre escola e família. Especialmente porque no decorrer dos anos estes valores foram sendo transferidos da família para a escola. A escola não tem condições de ensinar e ao mesmo tempo educar. Pais e professores atualmente interagem. Juntos fortalecem uns aos outros para assim podem colaborar na formação da personalidade da criança.

Neste sentido, Paulo Freire afirma que é “a partir das relações do homem com a realidade resultante de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão”.³² Esta reflexão chama a atenção para a presença familiar na educação dos filhos e das filhas. É na convivência familiar que a criança tem acesso às primeiras palavras, desenvolvendo-se de acordo com a ação de seus familiares, através da narração de histórias e das canções de ninar.

³¹ PUHL, Antônio. A família constrói o sucesso. *Revista de Educação AEC*, Brasília, v. 23, n. 93, out./dez. 1994, p. 20.

³² FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. p. 51.

Ouvindo histórias e melodias contadas e cantadas por adultos, a criança vai desenvolvendo sua imaginação, seus sonhos. Então inicia sua partilha com outras crianças da mesma idade, através do convívio na escola e com crianças da vizinhança. O entusiasmo dela em contar o que é uma novidade, saber que consegue apresentar nas rodas de conversas proporcionadas pelos professores e professoras em sala de aula. Este é um momento prazeroso e esperado por todos no dia-a-dia da escola. De um lado, professores e professoras esperam ouvir as crianças, a fim de conhecer seus desempenhos na fala. Por outro lado, a ansiedade das crianças consiste em comunicar o que já sabem.

Como primeiros responsáveis pela educação dos filhos, os pais buscam na escola um apoio para dar continuidade na formação de seus filhos. “A escola instrui e forma em sintonia com a família. É um dos locais de busca de saber e formação do caráter”.³³

Contudo, é necessário entender que o modelo de família sofreu uma modificação em sua estrutura. Como instituição social, sofre a crise com a evolução dos tempos. No Brasil e em vários países, as mudanças são visíveis: as famílias que se estruturavam através do casamento que, seguindo uma tradição religiosa, era entendido como uma união para sempre, rompida somente com a morte de um dos dois, ou seja, marido ou mulher. No entanto, com a instituição do divórcio, caiu por terra esta idéia. Agora na expectativa de uma relação marital, o pensamento é se der certo, tudo bem, caso contrário a separação é certa. O sonho de uma união duradora já não existe mais, o que é lamentável.

O casamento em si era um negócio especialmente econômico. Havia então o dote oferecido ao noivo. Quando a mulher não possuía dote, ela não casava. Porém, com o passar dos anos, este negócio foi desaparecendo em partes, porque tanto homem como a mulher buscam na união matrimonial uma construção, um ajustamento em que ambos esperam consolidar a multiplicação de seus bens.

Valburga Streck e Christoph Schneider-Harpprecht afirmam que “antigamente, casar significava a entrada para o status de adulto, porque estava relacionado à possibilidade de ter filhos em seguida. Geralmente, esse status valia,

³³ PUHL, 1994, p. 26.

em primeiro lugar, para os homens”.³⁴ Os autores entendem que “um forte motivo para legalizar um relacionamento é a gravidez”.³⁵ Neste caso, há ansiedade dos familiares tanto da parte do noivo como também da parte da noiva. Eles aguardam o nascimento dos netos, fato que garantirá o aumento da família, entendida como um bem maior. Também isto mudou e muito nos dias atuais. Casais que optam por não ter filhos tornaram-se comuns. Outros casais optam por ter no máximo dois filhos, devido à necessidade da mulher trabalhar e não poder dedicar mais tempo para cuidar dos filhos. Deixá-los com desconhecidos pode gerar problemas. Portanto, é melhor prevenir do que remediar certas situações de desespero até, como é o caso de muitos pais que já sofreram com os filhos sendo maltratados por babás.

A imaturidade dos casais também leva a conflitos na sociedade, como no caso das separações. Neste momento, os filhos se tornam muitas vezes objetos de disputa entre pai e mãe. O casamento se tornou um jogo de empurra ou de disputa para ver quem é quem tem direito de ficar com a guarda dos filhos. Trona-se um caso judicial quando não há um acordo entre as partes. E com a banalização do casamento, torna-se mais complicado ainda.

É triste ouvir uma criança falar “quem será meu próximo pai?”, dirigindo-se à mãe. Ou, ao contrário, dirigindo-se ao pai fez a mesma pergunta: “quem será minha próxima mãe?”. Nesta condição, o sofrimento maior é o da criança, que necessita dos dois em sua vida para ter segurança e uma referência de família com sólida estrutura, a fim de poder apresentar aos amiguinhos da escola. Ah! Que criança não sente o orgulho de mostrar “este é meu pai” ou “esta é a minha mãe”, mesmo que seja adotiva. Quando amada e desejada, será sempre com alegria que ela falará de seus pais.

Com a separação dos casais, a tristeza toma conta de muitas crianças que terão referências de famílias que se instituem de diversas maneiras. Por esta razão as relações parentais seguem caminhos diferentes, a responsabilidade de educar passou a ser de quem cuida da criança: pai, mãe, avó, tio, irmão ou adultos que adotam assumem a condição de pais ou mães.

³⁴ STRECK, Valburga S.; SCHNEIDER-HARPPRECHT, Christoph. *Imagens da família: dinâmica, conflitos e terapia do processo familiar*. São Leopoldo: Sinodal, 1996. p. 69.

³⁵ STRECK; SCHNEIDER-HARPPRECHT, 1996, p. 69.

Porém, independentemente do que seja esta família ou do que se diz dela, continua sendo uma das mais importantes instituições. O bem-estar social da criança depende dela. É neste meio social que a criança adquire uma linguagem por meio da qual se comunicará com o mundo.

A criança fala com precisão daquilo que deseja, gosta e o que não gosta. A fala é, portanto, um instrumento de comunicação que ampliará o intelecto da criança, mesmo que inicialmente seja apenas de maneira simbólica. A convivência com adultos torna a criança capaz de formular idéias sobre figuras e de sentir emoções daquilo que vê ou ouve.

Os familiares precisam ser conscientes de que sua participação na formação de hipótese e ideias infantis produzirá bons resultados na fase da adolescência e na juventude. Quando os pais têm consciência de que seus filhos dependem muito de seus ensinamentos, não medem esforços para contribuir com uma vida saudável para seus filhos.

Uma das formas de contribuir para uma boa educação é amar a criança. Este sentimento lhe dará condições de obter segurança para enfrentar os obstáculos que encontrará no percurso da vida. Os pais, as mães ou os responsáveis que brincam com as crianças, inconscientemente ou conscientemente, influem no desenvolvimento da inteligência delas de forma interativa:

A ação da criança tem sempre um objetivo, a transformação do outro, e mais adiante, quando a criança já pode exercer um certo controle sobre seu corpo, seu objetivo será a transformação do ambiente a partir de sua ação sobre ele. A ação representa a manifestação externa da união entre o corpo e a mente e, portanto, está carregada de simbologia.³⁶

De fato, quando uma criança desmonta um brinquedo e não consegue remontá-lo, precisa de alguém que a ajude a remontá-lo é de grande importância, pois este é um aprendizado que leva a criança a perceber a complexidade da brincadeira, conhecendo assim as partes que se encaixam para reconstituir o que foi desmontado.

³⁶ SÁNCHEZ, Pilar. *Psicomotricidade na educação infantil: uma prática preventiva e educativa*. Porto Alegre: Artmed, 2003. p. 23.

3.2 Escola, família e interação

O sucesso de uma boa educação não depende somente da família, mas de sua interação com a escola, com a interação destes dois aparelhos ideológicos da sociedade é que se realiza a tarefa de ensinar e educar.

No entanto, é bom lembrar que, assim como a família, a escola também tem suas crises, de ordem organizacional, política e cultural. Há discriminação de crianças oriundas de diferentes famílias e classes sociais cujos pais têm baixa renda econômica. No caso político, a oferta dos prédios em que funcionam as escolas infantis é em sua maioria deficiente de espaços próprios para que se desenvolva uma Educação Infantil. A falta de vagas dificulta a entrada dos filhos das famílias carentes para estudar, falta material didático para ajudar o professor e a professora em suas atividades pedagógicas.

No caso da cultura, a discriminação é bem maior. O despreparo das famílias e dos profissionais de educação em aceitar conviver com as diferenças culturais passa por uma ótica muito pobre de interpretação dos valores provindo das diferentes camadas sociais, porque a ética dos adultos não condiz com a ética das crianças, que nem percebem as diferenças: elas brincam e se aceitam como são. As crianças pobres, negras, indígenas, filhas de pais separados e ou adotivos são, muitas vezes, olhadas com um olhar discriminatório por parte dos próprios professores e professoras.

Para Antônio Puhl, a escola instrui e forma em sintonia com a família.³⁷ Quando escola e família caminham juntas, obtêm sucesso no processo de ensino-aprendizagem. A importância dada pelos pais à educação e ao ambiente escolar influi no modo como os filhos valorizam ou se desinteressam pelos estudos. Neste ponto, os pais precisam criar um clima de respeito e estima pelo professor que se relaciona diretamente com seus filhos. Neste sentido, Rita de Cássia Miranda diz: “se acreditamos que a escola é o local onde investimos no ser humano como sujeito da própria história e como agente de transformação na sociedade em que vive, damos-lhe uma outra vida”.³⁸

³⁷ PUHL, 1994, p. 26.

³⁸ MIRANDA, Rita de Cássia Jannotti. Orientação educacional: qual o lugar da família? *Revista de Educação AEC*, Brasília, v. 23, n. 93, out./dez. 1994, p. 67.

A escola entra na vida da criança. Juntos, pais e professores ajudam na construção da autonomia da criança, tornando-a capaz de libertar seu pensamento e sua ação. Por isso, os pais não devem superproteger os filhos, mas conduzi-los para uma autonomia onde eles consigam formar a si mesmos. E o crescimento deles passa pelo enfrentamento das dificuldades dos próprios pais. Quem não aprendeu com seus pais como vivenciar uma situação de dificuldade – financeira, de saúde do pai, da mãe ou de um irmão – onde todos se juntam em prece pedindo a solução deste problema? Isto dá sentido aos momentos de vida de cada ser humano.

Os pais que aprenderam a dizer não para os filhos muito contribuíram para a formação da personalidade deles. Não se pode fazer tudo o que os filhos pedem. É preciso dizer a verdade. Os filhos devem aprender desde cedo que nem sempre é possível a posse do que se pede. Os pais trabalham para dar o suficiente para a sobrevivência, especialmente aqueles que não têm uma renda que lhes dê condição de fazer tudo e lhes sobrar algum recurso para satisfazer a vontade dos filhos.

É comum as mães protegerem seus filhos, que não reclamam enquanto crianças. Quando chegam à adolescência, buscam liberdade e, muitas vezes, são mal-interpretados pelos pais que, não entendendo sua maneira de agir, os rotulam de rebeldes pela mudança de comportamento. É natural que eles busquem liberdade, isto porque em algum momento eles se acham auto-suficientes e já não aceitam a presença dos pais em determinadas ocasiões. Sabe-se o sofrimento dos pais quando são desprezados ou criticados pelos filhos, especialmente usando linguagem que chega até a menosprezá-los, dizendo que fiquem um pouco à distância para eles não pagarem “mico” só porque, às vezes, não têm uma boa aparência ou não têm um carro mais apresentável.

A linguagem dos filhos muda com o passar dos anos. A criança aprende desde cedo a usá-la. Quando criança, os pais riem dessa linguagem. Porém, quando chega à adolescência, querem corrigi-la, mas pode ser tarde demais.

É neste enfrentamento que surge a oportunidade do diálogo entre pais e filhos para chegar a um acordo. Sabe-se que as relações entre pais e filhos só se concretizam quando estes chegam à maturidade. Quando já são pais compreendem de fato seus pais. Aí o diálogo se torna mais frequente, com a possibilidade de se tornarem mais amigos.

Com a mudança da sociedade, muitas escolas se modificaram em relação à família que antes era convidada a comparecer à escola apenas para ouvir reclamações sobre os filhos. Com isto, os pais pouco procuravam a escola. Com o passar dos anos, isto foi se modificando, tendo em vista o valor das duas instituições e a necessidade de estarem juntas. Hoje uma não consegue viver sem a outra, pois a complementação de ambas é inevitável.

A parceria com a família facilita o processo de socialização das crianças. No Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil,

a valorização e o conhecimento das características étnicas e culturais dos grupos sociais que compõem a nossa sociedade, e a crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes indicam que novos caminhos devem ser trilhados na relação entre as instituições de educação infantil e as famílias.³⁹

A solidariedade entre escola e família fortalece as duas instituições na ação educativa da criança. Especialmente quando os pais buscam na escola um apoio para o entendimento e a solução de problemas relacionados ao comportamento dos filhos, a escola precisa ter um conhecimento e contar com a presença de profissionais capazes de orientar os pais que necessitam de ajuda.

No Brasil, especificamente a partir dos anos 70 e 80, surgiu um profissional de educação que muito contribuiu e ainda contribui para viabilizar este elo de interação entre escola e família: especialista de educação ou orientador educacional, considerado como profissional de apoio na escola. Assim ele ouve a criança, os pais e ou responsáveis e analisa o caso para posterior encaminhamento. Se o caso é pedagógico, então a tarefa é dialogar com o professor para que este conheça melhor a história de vida da criança e, numa atitude reflexiva, mudar sua prática pedagógica em sala de aula.

Porém, se o caso envolver mudança de comportamento, o encaminhamento será para um profissional de área afim, como é o caso do psicólogo, que fará o atendimento da criança fora da escola. Caso necessário, a criança poderá fazer o tratamento. Por outro lado, há a possibilidade de ser um caso de saúde física. Então a criança será encaminhada para o pediatra, contanto que por meio destes encaminhamentos a criança seja aliviada de seu mal-estar.

³⁹ BRASIL, 1998, p. 76.

Quando a escola age desta maneira, os pais passam a valorizá-la e a se sentirem mais à vontade para participar da vida da escola dos filhos. Assim a grande preocupação de Paulo Freire é a mesma de toda pedagogia moderna: “uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política”.⁴⁰ Neste momento, as autoridades políticas entram em ação para viabilizar um ensino de qualidade que traga um bom desenvolvimento e crescimento das crianças e dos adolescentes em suas fases de vida.

Embasados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os professores tiveram a grande oportunidade da formação continuada. Muitos professores puderam regressar à universidade e realizar sonhos que, para muitos, já eram considerados impossíveis. Há a possibilidade de uma formação superior e, com melhores condições, de conhecer e pôr em prática atitudes facilitadoras de uma educação voltada para o atendimento das necessidades das famílias que buscam a escola como parceira para educar os filhos, vendo-os crescer com uma visão de mundo onde o ser humano se sente co-responsável pela melhoria e preservação do planeta terra.

“Todas as escolas são organizações vivas que, como tais, reagem a novas condições de funcionamento”.⁴¹ A resistência atual é sobre a inclusão, não que os profissionais sejam contra, mas pelas condições que os mesmos enfrentam sem saber como trabalhar com os portadores de necessidades especiais. Por isso, muitas vezes criticam o sistema de ensino brasileiro pela implantação de uma proposta de ensino onde eles não foram capacitados para tal. De certa forma, eles não deixam de ter razão. É hora das universidades públicas e particulares oferecerem um currículo que contemple disciplinas que favoreçam o entendimento da demanda para melhor trabalhar com a inclusão na escola. Neste sentido, Danilo Streck diz:

A prática educativa sempre é construída sobre uma determinada visão de pessoa. Esta visão geralmente não está articulada, mas nem por isso deixa de ser menos determinante para a identificação dos objetivos, para a escola dos conteúdos e para a definição de uma metodologia.⁴²

⁴⁰ FREIRE, 2008, p. 20.

⁴¹ HUBERMAN, A. M. *Como se realizam as mudanças em educação*. São Paulo: Cultrix, 1973. p. 35.

⁴² STRECK, Danilo R. *Correntes pedagógicas: uma abordagem interdisciplinar*. Petrópolis: Vozes/CELADEC, 2005. p. 89.

Realmente, a falta de conhecimento de muitos profissionais de educação causa transtorno no entendimento das mudanças que a escola precisa pôr em prática. O fato é que as mudanças sempre vem do exterior da escola. Ao atender as necessidades da sociedade, a escola muda suas ações educativas.

Na prática, uma educação que se apóia na essência privilegiará uma visão de conhecimento como verdade sedimentada ou pronta a ser transmitida e o currículo enfatiza o conteúdo e o método acentua o transmitir e o treinar [...] Numa pedagogia da existência a ênfase estará no processo centrado na vida concreta do aluno, com implicações para a postura do educador, da visão de conteúdo e de método.⁴³

Neste sentido, cabe a cada professor e professora refletir sobre sua ação pedagógica e vivenciar o que de melhor as duas proposições oferecem para sua atuação em sala de aula. O importante é oferecer ao aluno a melhor maneira de realizar sua auto-formação, sem prejuízo na construção do conhecimento.

Assim sendo, o educador deve manter uma relação afetiva com a criança, a fim de obter uma relação de transferência positiva, porque esta, uma vez estabelecida, constitui o verdadeiro motor da ressocialização das crianças através da organização do ambiente educativo. No entanto, para que pais e professores entendam melhor a criança, necessário se faz em primeira instância conhecer a criança que está dentro de si.

O professor que sabe e sabe fazer dá um tom diferenciado à educação. O que não deve mais acontecer nas escolas é uma liderança diretiva que toma decisões sem consultar ninguém, dando instruções específicas sobre o que fazer e como executar determinadas tarefas. Esta atitude – se ainda existe – precisa ser repensada. Com a possibilidade de formação continuada, os profissionais de educação são imbuídos de novos conhecimentos, trabalharão com olhares diferenciados e com abertura para caminhar junto com os pais e assim realizar uma educação que beneficie as famílias e a sociedade.

Não há dúvida de que a atitude do educador se modifica quando este busca modificar o ambiente educativo, onde tudo passa no quadro dual da relação educador-educando. A mudança do ambiente é resultado da mudança de atitude do educador, que ainda não é reconhecido como fonte de modificações. As

⁴³ STRECK, 2005, p. 90.

modificações não são suficientes para uma prática educativa eficiente, mas já é um começo sustentar as relações positivas entre educador e criança.

As modificações são contribuições do fazer pedagógico do educador, mas para que haja uma verdadeira transformação, necessária se faz uma reestruturação na formação dos educadores. Para isso, a sociedade precisa se mobilizar no intuito de oferecer subsídios que beneficiem à educação do sujeito em formação. A consciência também pesa muito no fazer do professor, e a praticidade desta é uma habilidade específica de cada educador.

3.3 A criança e a religiosidade

Para entendermos melhor o termo religiosidade, precisamos primeiro entender o que é religião. A religião muitas vezes é confundida com a solidariedade entre aqueles que têm um poder aquisitivo melhor com os que têm poder aquisitivo muito baixo. A solidariedade, como princípio constitucional, é vista como se fosse apenas uma ajuda aos mais pobres. Falta consciência no ser humano para entender melhor este princípio, pois se trata de um ato político muito enfatizado nas campanhas eleitorais como se somente nesse momento o pobre tivesse condição de sonhar em ser reconhecido como pessoa humana carente de igualdade.

Todo ser humano possui a necessidade de se sentir parte de algo, de ser valorizado e de ser reconhecido como cidadão, pessoa que pode não somente contribuir, mas também receber ajuda.

As igrejas em sua maioria pregam a caridade. A caridade não significa solidariedade, mas um ato de amor contínuo entre as gerações do mundo. Visitar um pobre, conduzi-lo e orientá-lo para que tenha uma vida melhor é reconhecê-lo como irmão, independente de qualquer religião.

Em sua falta de consciência política, o pobre aceita as promessas dos candidatos e fica esperando sua realização. Quando esta não vem, culpam até Deus ou ficam esperando que Deus o ajude na ausência do cumprimento das promessas. Como entra o trabalho das igrejas na convivência solidária? Para Maria do Carmo de Brant de Carvalho,

A igreja católica, protestante, espírita ou seitas afro-brasileiras compõem o projeto de reprodução social das famílias empobrecidas. A igreja é sempre

uma porta que acalenta a esperança. Através de seus programas pastorais representa um suporte espiritual, mas especialmente um suporte emocional, afetivo e material.⁴⁴

As igrejas oferecem suportes a seus fiéis e às famílias empobrecidas da comunidade em que estão inseridas. As orientações e as mensagens das igrejas muito têm colaborado para que seus fiéis busquem uma consciência que dê valor e mais significado para suas vidas, a fim de que aprendam a se reconhecer como cristãos, participando dos encontros de casais e mudando um pouco sua visão de mundo.

As igrejas assim como as escolas são também aparelhos ideológicos da sociedade. Portanto, elas oferecem mais do que cultos ou missas em seus espaços. Elas oferecem cursos para a comunidade, oportunizando uma aquisição melhor do saber nas áreas de informática, iguarias domésticas, atendimento médico, odontológico, sem contar com os cursos de preparação para o batismo, crisma e casamento. Através do culto, a igreja se coloca como um meio de convivência espiritual. Com a realização de momentos de curas, ela instiga a fé dos fiéis, dando uma assistência social quando oferece em seu espaço momentos de lazer e distribui gêneros alimentícios às famílias empobrecidas.

Rubem Alves diz que “a religião é o solene desvelar dos tesouros do homem, a revelação dos seus pensamentos mais íntimos, a confissão pública dos seus segredos de amor”.⁴⁵ Ou seja, a religião é culto à Divindade pelos homens que têm sentimentos de fé, de esperança e de amor. A religiosidade é a qualidade do ser humano que pratica a religião. Sendo assim, todo religioso precisa praticar sua religiosidade. Dizer que tem religião só porque frequenta a missa ou culto aos domingos pouco representa para si e para a sociedade. É a ação da fé que fala mais alto.

A religiosidade da criança se define pelos sonhos que ela tem em relação ao belo. Neste sentido, Rubem Alves afirma que “Deus é este coração fictício que o desejo inventou para tornar o universo humano a amigo”.⁴⁶ Portanto, a criança, este ser em desenvolvimento, sonha e deseja o bem com alegria, faz promessa de não

⁴⁴ CARVALHO, Maria do Carmo Brant. A priorização da família na agenda política social. In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (Org.). *Família brasileira: a base de tudo*. 4. ed. Sao Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2000. p. 98.

⁴⁵ ALVES, 1984b, p. 97.

⁴⁶ ALVES, 1984b, p. 94.

desobedecer porque acredita que conseguirá, mesmo que depois torna a desobedecer, pedindo desculpas.

Em seu Art. 33, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional isenta a Educação Infantil da obrigação do Ensino Religioso. Porém, é na fase da infância que as crianças, na convivência com a família e na escola, adquirem sentimentos religiosos: com a família, por exemplo, quando vai ao culto dominical ou à missa com os pais; com as orações diárias com os familiares; com a participação em eventos religiosos – procissões, Natal, Semana Santa e feriados religiosos. Em tudo isso, a criança se sente no meio de acontecimentos que considera importante, mesmo sem entendê-los. Então, “naturalmente” é que estes acontecimentos constituirão um credo na vida da criança. No espaço escolar, mesmo quando este é proselitista, a convivência com valores também dá rumo à vida da criança. E assim o sentimento religioso possibilita à criança o desenvolvimento da fé, da esperança e do amor para poder realizar seus sonhos com alegria.

A escola, independente do credo que professa, oferece à criança atitudes de respeito, ética e moral. Neste contexto onde o diálogo produz a paz do ambiente, é possível educar a criança com a vida. “No campo da educação, como não poderia deixar de ser, também encontramos noções de reencantamento ou propostas de reencantamento da educação”.⁴⁷ Quando a criança no ambiente escolar revive momentos de encantamento que valorizam as ações vivenciadas na família, ela se sente muito feliz, esta ação aprova o que sua família faz. Neste momento, ela se sente segura para conversar com os coleguinhas e contar os fatos ocorridos nos finais de semana: se foi à igreja, se está participando da escola dominical, da catequese, o que está aprendendo com outros coleguinhas. Ela vê este espaço como sua casa. Contudo, a religiosidade é algo mais profundo que se torna visível nas ações do ser humano, ou seja, em seu comprometimento com sua própria vida na convivência social. Neste sentido, Pedro Ruedell adverte que:

Nenhum homem ou mulher se constrói e realiza sozinho. Só lhe é possível ser, viver e perfazer-se, agregando-se aos semelhantes, por instinto ou necessidade; melhor, por decisão livre e consciente. Aprimorando sua consciência familiar e social o ser humano progride e a sociedade se edifica

⁴⁷ MO SUNG, 2007, p. 117.

e consolida. Em sentido contrário, no isolamento e na reclusa, os indivíduos estagnam e definham e as sociedades regridem e se arruínam.⁴⁸

A criança adquire sua religiosidade na convivência com sua família. Porém, na medida em que toma consciência, poderá ou não continuar com os mesmos princípios religiosos ou mudar, pois é livre em suas escolhas. Uma relação afetiva entre pais e filhos, assim como entre professor e alunos, cria uma amizade e um “que” de religiosidade. Por esta razão Paulo Freire afirma: “o que não é lícito fazer é esconder verdades, negar informações, impor princípios, castrar a liberdade do educando ou puni-lo, não importa como, porque não aceite, por várias razões, o meu discurso”.⁴⁹

Portanto, a desilusão das crianças e dos adolescentes se dá pela tomada de consciência das inverdades dos pais e professores. Por esta razão, a mudança de comportamento se torna viável e, conseqüentemente, a busca de novos caminhos, ou seja, de novas religiosidades.

⁴⁸ RUEDELL, 2007, p. 80.

⁴⁹ FREIRE, 2008, p. 84.

CONCLUSÃO

Finalizando esta dissertação, percebi que o estudo que relaciona educação e religião segue princípios de vida de cada cultura, em que cada ser humano, seguindo sua trajetória, leva consigo um valor que é próprio de sua unicidade. Para uma melhor compreensão, busquei em autores comprometidos com um ensino e uma vivência voltados para uma sociedade que busca a valorização do ser humano em suas ações de cidadãos conscientes de seus valores humanos.

Portanto, quando uma criança segue prontamente os ensinamentos éticos e religiosos de seus pais, certamente terá uma vida saudável no que diz respeito a sua integridade. As contribuições dos pais e dos professores que se dedicam a uma caminhada com lutas e com esperança de dias melhores, conseqüentemente, obtêm bons resultados, não apenas para a socialização das crianças, mas também na aprendizagem destas.

Quando o ser humano busca a realização de seu próprio ser, há um crescimento. Porém, quando este busca somente o ter, pouco contribui para o crescimento de uma consciência de valor para a realização de ações humanísticas. O que vale dizer que, em princípio, para que haja uma boa convivência, o ser humano deve ter a consciência de que para convivência é necessário saber conviver bem consigo mesmo. Somente então será possível conviver com os demais. A inteligência intrapessoal de cada ser lhe dará suporte para o desenvolvimento da inteligência interpessoal. Estas duas darão a sustentabilidade para uma vida em sociedade.

Na convivência com o adulto, a criança aprende imitando seus atos e suas palavras. Portanto, neste momento o adulto deve se preocupar com o modo como fala, bem como com suas ações diante da criança, porque é neste momento que ele se torna um mestre que ensina algo a alguém. Observando as ações e palavras do adulto, a criança se projeta com estas mesmas ações. Quando esta mesma criança vai para a escola, começa a perceber outras formas de ensinamento. Neste momento, começam as indagações: Deus existe? Se existe por que não o vejo? Surpresos pelas indagações, pais e professores, muitas vezes, não sabem como responder. Ora, estas indagações têm sentido para as crianças, mas para os pais e

professores, às vezes sim, às vezes não. Se as respostas não respondem ou não condizem com seus interesses, a criança fica decepcionada. Muitas vezes não fala para não deixá-los chateados ou aborrecidos, guardando consigo esta dúvida, que poderá segui-la pelo resto da vida.

Tudo isto mostra um pouco da necessidade e da seriedade para se orientar a formação de profissionais que ainda não temos. Eles deverão ser capacitados e qualificados por uma visão e atuação maior, a fim de serem capazes de realizar sua prática pedagógica onde conteúdos deixem de ser exclusivamente uma reflexão de valores, mais possam explicitar áreas específicas também do Ensino Religioso.

Na adolescência, revendo ensinamentos adquiridos na infância, o jovem, cujos pais e professores não souberam informar de maneira inequívoca, parte de uma seleção mais consciente e podem aceitar os valores repassados de tal forma que decide segui-los ou desprezá-los. Neste momento, ele toma consciência de seus direitos de aceitá-los ou de recusá-los. Refletir sobre o que se fala para uma criança é parte fundamental no ensino dos adultos, pois podem estar produzindo para a sociedade sujeitos difusos, revoltados e traumatizados. Isso para não se falar em delinquentes.

Vejo que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, quando desobriga o Ensino Religioso na Educação Infantil, possibilitou à criança de não se sentir obrigada a aprender algo tão complexo, pois sabemos que a religiosidade do ser humano, mesmo sendo parte integrante deste, é algo complexo que o deixa perplexo às vezes.

Nos primeiros anos de vida, a criança precisa se perceber como parte de uma sociedade aberta e acolhedora, pois sua religiosidade se desenvolve nos momentos de alegria e de prazer em tudo que faz e acredita que está certo a partir de seus entendimentos, sem ser recriminada pelo adulto. Pensando bem, se nesta idade ela ouve dizer que Deus castiga, como vai crer que Ele é misericordioso? Os conflitos da idade adulta ou da adolescência podem surgir destas dúvidas e com as decepções de quem ensinou.

Acredito que Deus fez o ser humano para ser livre e feliz. Mas como ser feliz quando se crê em castigo? E especialmente quando vem de Deus? O medo é inerente à pessoa humana, porém, se for alimentado, tornando o ser humano

dependente, como o ser humano pode ser feliz? A liberdade é de fundamental importância para sua felicidade.

Nos dias de hoje, ainda é possível ver crianças atormentadas com a idéia de um Deus que castiga. O adulto se esconde por trás da imagem de Deus para persuadir a criança, por incompetência em saber lidar com o mundo infantil, cheio de artimanhas. Por esta razão, a mesma lei que desobriga o Ensino Religioso na Educação Infantil, exige dos professores que trabalham neste nível de ensino um conhecimento mínimo de graduação. Dessa forma, este profissional pode se preparar melhor para trabalhar com criança. Mesmo assim, os profissionais não devem ficar muito tempo fora das academias, a fim de não se sentirem perdidos no tempo e no espaço. É preciso que eles sejam mais atualizados, com possibilidades de ajudar na formação do caráter das crianças com as quais convivem no meio escolar.

A religião em si é parte constituinte das culturas da humanidade. Por isso, o ser humano segue-a com o intuito de interagir consigo mesmo e com os outros, pois é através dela que o homem e a mulher encontram forças para enfrentar os obstáculos que a vida lhe proporciona no dia-a-dia.

Cada dia para o ser humano é um desafio, especialmente quando se trata de uma convivência intercultural. O Brasil é um país multiculturalista porque, ao longo de sua história, ele foi absorvendo outras culturas de países cujos habitantes aqui chegaram. As culturas foram interagindo. Além das culturas que chegaram ao país, existem ainda as subculturas que permeiam a população brasileira. Com esta riqueza de cultura, o Brasil tornou-se um país democrático, onde seus habitantes buscam conviver com as diferentes culturas.

Imaginem o processo da estruturação das culturas desde a chegada dos europeus ao Brasil. Aqui estavam os indígenas com seus hábitos e costumes sem ambições, apenas convivendo com a natureza e cultivando a mãe terra. Os europeus trouxeram modos de vida completamente diferente dos daqui e, em seguida, chegaram os africanos, com hábitos, costumes e espiritualidade diferentes dos indígenas brasileiros. Inicialmente, houve rejeição. Isso é natural, pois sabemos que a resistência à mudança é inerente ao ser humano. O diálogo foi muito complicado. Os africanos com sua religiosidade múltipla e os indígenas politeístas. O embate religioso foi muito grande, pois os europeus eram os que davam as

ordens. Como se fossem eles a própria ordem social, usaram sua religiosidade para cativar os indígenas e os africanos. Porém, o mais belo de tudo é que não foram perdidas as raízes dessas culturas. As religiões indígenas e africanas permaneceram intactas, o culto aos deuses continuou a ser prestado, mesmo escondido, fortalecendo-os no enfrentamento das duras batalhas contra o homem branco.

A educação se deu através da catequização. Aos poucos, os indígenas cederam. Os negros, que também possuíam cultos diferentes do culto dos brancos, tiveram que renegar alguns hábitos, mesmo que seus deuses não se diferenciavam muito da religião pregada pelos brancos, pois a linguagem usada por eles é que fazia e faz diferença, como ainda acontece nas regiões brasileiras onde se realizam estes cultos. Não se pode negar que nos dias atuais muitos brasileiros ainda neguem estas culturas, naturalmente por puro desconhecimento a respeito de seus verdadeiros valores para quem as pratica.

Como profissional de educação, penso que é através do diálogo constante entre o adulto e a criança que se encontrará um equilíbrio sócio-educativo. Se encontrarmos este equilíbrio, pouco será necessário para corrigir erros que porventura possam acontecer, tanto no lar como na escola. Percebo que a riqueza de conhecimento que interage os saberes educacionais e religiosos dará uma boa base ao ser humano de uma convivência física, social e espiritual.

O sonho daqueles que têm consciência de seus valores é poder caminhar juntos sem preconceitos velados, mas com esperança de mudar a sociedade, para que esta não exclua as diferenças, mas as acolha. As diferenças que existem nos seres humanos não deverão ser problemas daqueles que acreditam em um Ser superior que ama e é misericordioso, perdoando os erros cometidos pela humanidade. Sendo assim, há necessidade do respeito às diferenças individuais, pois é assim que as relações entre os seres humanos acontecerão.

Considero que, certamente, a família, a igreja e a escola são espaços por excelência para uma boa reflexão vivencial da religiosidade, porque podem oferecer oportunidades de desenvolver a dimensão da consciência religiosa que faz parte de seu ser. E isto não apenas em relação às crianças, mas também aos jovens.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Mirian (Coord.). *Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas*. Brasília: SEEDF, 2009.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado*. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- ALVES, Rubem. *O enigma da religião*. Petrópolis: Vozes, 1984a.
- _____. *O que é religião*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984b.
- ASSMANN, Hugo; MO SUNG, Jung. *Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BOFF, Leonardo. *Mística e espiritualidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- _____. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- _____. *Virtudes para um mundo possível: hospitalidade: direito e dever de todos*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena: quem são, quantos são e onde estão os povos indígenas e suas escolas no Brasil?* Brasília: MEC, 2002.
- _____. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: SECAD, 2006.
- BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. *Referencial curricular nacional para Educação Infantil*. v. 1. Brasília: MEC, 1998.
- BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. *Referencial curricular nacional para Educação Infantil*. v. 2. Brasília: MEC, 1998. p. 49.
- CARNEIRO, M. A. *LDB fácil: leitura crítico-compreensiva*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant. A priorização da família na agenda política social. In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (Org.). *Família brasileira: a base de tudo*. 4. ed. Sao Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2000.

- DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.
- DELGADO, Ana Cristina Coll et al. *Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças*. Porto Alegre: Mediação, 2007.
- FERREIRA, Aurélio B. H. *Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Religioso* (PCNER). São Paulo: Ave Maria, 1998.
- FOWLER, James. *Estágios da fé: a psicologia do desenvolvimento e a busca de sentido*. São Leopoldo: Sinodal, 1992.
- FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. *Educação como prática da liberdade*. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- _____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. *Pedagogia da esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- GARAUDY, Roger. *Deus é necessário*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- GUERREIRO, Silas. *Novos movimentos religiosos o quadro brasileiro*. São Paulo: Paulinas, 2006.
- HUBERMAN, A. M. *Como se realizam as mudanças em educação*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- IZQUIERDO, Moreno C. *Educar em valores*. São Paulo: Paulinas, 2001.
- KLEIN, Remí et al (Orgs.). *Ensino Religioso: diversidade e identidade*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2008.
- LÜCK, Heloisa. *A escola participativa: o trabalho do gestor escolar*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- MIRANDA, Rita de Cássia Jannotti. Orientação educacional: qual o lugar da família? *Revista de Educação AEC*, Brasília, v. 23, n. 93, out./dez. 1994.
- MO SUNG, Jung. *Educar para reencantar a vida*. Petrópolis: Vozes, 2007.

PERESSON, M. L. Pedagogias e culturas. In: SCARLATELLI, Cleide C. et al. (Orgs.). *Religião, cultura e educação*. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Lei n. 10.639*. Brasília, 09 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 15 jul. 2009.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9.394. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em: 17 abr. 2009.

_____. *Lei n. 9.475*. Brasília, 22 jul. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9475.htm>. Acesso em: 17 abr. 2009.

PUHL, Antônio. A família constrói o sucesso. *Revista de Educação AEC*, Brasília, v. 23, n. 93, out./dez. 1994.

RUEDELL, Pedro. *Educação religiosa: fundamentação antropológico-cultural da religião segundo Paul Tillich*. São Paulo: Paulinas, 2007.

SÁNCHEZ, Pilar. *Psicomotricidade na educação infantil: uma prática preventiva e educativa*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. *Diretrizes Pedagógicas 2009-2013*. Brasília: SEC, 2008.

SINNER, Rudolf von. *Confiança e convivência: reflexões éticas e ecumênicas*. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

STRECK, Danilo R. *Correntes pedagógicas: uma abordagem interdisciplinar*. Petrópolis: Vozes/CELADEC, 2005.

STRECK, Valburga S.; SCHNEIDER-HARPPRECHT, Christoph. *Imagens da família: dinâmica, conflitos e terapia do processo familiar*. São Leopoldo: Sinodal, 1996.

STRECK, Valburga S. Famílias em transição: desafios para a sociedade e a igreja. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, ano 47, n. 1, jan./jun. 2007.